

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DEBORAH BENNING ANDRADE DE ALENCAR

A ATUAÇÃO DA OTAN APÓS A GUERRA FRIA

Recife

2013

DEBORAH BENNING ANDRADE DE ALENCAR

A ATUAÇÃO DA OTAN APÓS A GUERRA FRIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Damas da Instrução Cristã – PE, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Relações Internacionais.

Professor Orientador: Gustavo Andrade Rocha, Mestre em Economia pela UFPE

RECIFE

2013

Alencar, D. B. A.

A atuação da OTAN após a Guerra Fria. / Deborah Benning Andrade de Alencar. O Autor, 2013.

57 folhas.

Orientadora: Profª Ms. Gustavo Andrade Rocha

**Monografia (graduação) – Relações Internacionais - Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2013.**

Inclui bibliografia.

1. Relações Internacionais 2. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) 3. Guerra Fria 4. Paz 5. Guerras Humanitárias.

327 CDU (2ªed.)

327 CDD (22ª ed.)

Faculdade Damas

TCC 2013-183

DEBORAH BENNING ANDRADE DE ALENCAR

A ATUAÇÃO DA OTAN APÓS A GUERRA FRIA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Gustavo Andrade Rocha, Mestre

Orientador

Profª. Margarita Lara Neves, Doutora.

Examinadora

Prof. Antônio Henrique Lucena Silva, Mestre.

Examinador/a

DAS UTOPIAS

“Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!”

Mário Quintana.

Agradecimentos

Vivemos em mundo difícil, cheio de desigualdades e desafios. Para enfrenta-lo e conseguir enxergar a beleza que existe nele, é preciso cercar-se de pessoas, elas sim, fazem toda diferença. Por isso, agradeço a Deus, por ter permitido que viesse a esse mundo e tivesse os pais e os amigos que tenho.

Agradeço aos meus pais, pelo apoio e pelo amor incondicional diário e por sempre me acalmarem diante de situações inesperadas. Sem eles jamais chegaria onde cheguei. Agradeço também a Fred, como namorado, pelas palavras de apoio e pelo amor. Com eles a vida segue com tranquilidade.

Meus sinceros agradecimentos aos meus professores, desde os da escola aos queridos Gustavo e Margarita, orientador e professora da disciplina de conclusão de curso, pela paciência, dedicação e empenho em nos indicar sempre o melhor caminho. Sem dúvidas, também são responsáveis por minha formação como indivíduo crítico na sociedade.

E por fim, agradeço aos meus amigos, desde os que sempre acompanharam minha trajetória, aos novos que ganhei na faculdade e os carregarei para sempre em meu coração, ambos foram importantes influências e maravilhosas convivências durante minha formação.

Resumo

A Organização do Tratado do Atlântico Norte, (OTAN), também conhecida como Aliança Atlântica, foi criada durante a Guerra Fria, comandada pelos Aliados, para garantir equilíbrio bélico entre os dois polos, em resposta ao Pacto de Varsóvia comandado pela União Soviética (URSS) e representa um sistema de defesa coletivo no qual os seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa. Após o término do conflito Leste– Oeste e a dissolução da URSS, a Aliança perdeu seu motivo de fundação, a expansão do exército adversário, porém resistiu as grandes mudanças na ordem mundial. Durante o período pós-Guerra Fria a OTAN, sob a hegemonia conquistada dos Estados Unidos, encontrou novos desafios no cenário internacional. O principal deles foi a manutenção da paz no continente europeu, em seguida vieram as guerras humanitárias em favor dos direitos humanos, dos princípios democráticos e o combate ao terrorismo. Contudo, este trabalho evidenciou que, estas foram justificativas encontradas pelos EUA para legitimar as intervenções da Aliança fora de seus países membros. Na realidade suas intervenções comprometeram o conceito de soberania e esvaziaram seus ideais democráticos dentro do contexto de comunidade internacional em que seus países membros se inseriram ao concordar com as cláusulas da carta da Organização das Nações Unidas (ONU).

Sumário

Introdução	08
1 – Capítulo I - A teoria Realista e a OTAN no contexto pós-Guerra Fria	12
1.1: O Realismo	12
1.2: Os novos rumos da Aliança no pós-Guerra Fria	24
1.3: A OTAN no século XXI	28
2 – Capítulo II – As intervenções da OTAN fora do território de seus países membros	35
2.1: Intervenção em Kosovo	37
2.2: Intervenção no Afeganistão	42
2.3: Intervenção na Líbia	47
Considerações Finais	50
Referências Bibliográficas	56

Introdução

A Organização do Tratado do Atlântico Norte, (OTAN), também conhecida como Aliança Atlântica, é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte. Seu quartel-general está localizado em Bruxelas, na Bélgica. A organização constitui um sistema de defesa coletiva no qual os seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade externa.

O Tratado, assinado em Washington DC em 4 de Abril de 1949, prega a manutenção da paz e do bem-estar da área do Atlântico Norte. Os doze países que o assinaram originalmente, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal e Reino Unido, se tornaram os membros fundadores da Organização.

Mais tarde, depois de sua consolidação, em épocas distintas, diferentes países ingressaram na Organização: Alemanha, Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, República Checa, Romênia e Turquia.

Um dos aspectos mais relevantes deste Tratado para esta análise, está presente no artigo V, pois afirma que os membros concordam que um ataque armado contra um ou vários deles, seja na Europa ou América do Norte, será considerado um ataque à todos, e conseqüentemente, concordam que, se um tal ataque armado se verificar, cada um, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou coletiva, reconhecido pelo artigo 51 da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à um ou mais membros atacados.

Além dos aspectos gerais citados anteriormente sobre a OTAN, faz-se necessário para compreensão de sua resistência até a atualidade e seus novos objetivos, uma breve análise dos acontecimentos históricos que desenharam o contexto da Guerra Fria.

A Guerra fria foi motivada por questões políticas do final da Segunda Grande Guerra, em 1945, e caracterizada por disputas estratégicas entre Estados Unidos e União Soviética (URSS), chegando ao fim com a dissolução da URSS, em 1991.

A Primeira Grande Guerra, de 1914 a 1918, preparou o terreno para a Segunda Grande Guerra e desencadeou a Guerra Fria. Este primeiro conflito, aconteceu entre as principais potências políticas e econômicas da época e as dividiu em: Tríplice Entente, liderada pelo Império Britânico, França, Império Russo e Estados Unidos e Tríplice Aliança, de caráter defensivo, formada pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Império Turco-Otomano.

A guerra foi encerrada oficialmente com a assinatura do Tratado de Versalhes, que pretendia impor a paz no continente europeu e ao mesmo tempo responsabilizar a Alemanha pelo conflito armado. Os termos do Tratado impostos à Alemanha incluíam a perda de parte de seu território para nações fronteiriças, perda de todas as suas colônias sobre os oceanos e sobre o continente africano, exigia restrição ao tamanho de seu exército e indenização pelos prejuízos causados durante a guerra.

Outra decisão marcante tomada em Versalhes foi a criação da Liga das Nações, idealizada em 1919. A liga foi uma organização internacional onde as potências vencedoras da Primeira Grande Guerra se reuniram para negociar um acordo de paz.

O acordo foi baseado na proposta de paz conhecida como Quatorze Pontos, feita pelo presidente norte americano Woodrow Wilson. Os pontos propunham as bases para a paz e a reorganização das relações internacionais ao final da Primeira Grande Guerra.

A resolução do Tratado de Versalhes arrasou a economia alemã. A situação piorou ainda mais com início da “Grande Depressão”, crise econômica internacional iniciada em 1929, que proporcionou uma das piores recessões da história da humanidade, provocando altas taxas de desemprego e a diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) dos países.

A depressão econômica abriu espaço para dispersão de um forte sentimento nacionalista em toda a Europa, consolidando alguns regimes totalitários no continente, porém encontrou solo especialmente fértil na Alemanha ainda mais debilitada pelas retaliações da guerra. O nacionalismo na Alemanha culminou no totalitarismo Nazi-Facista.

Adolf Hitler, líder do Partido Nazista, que havia se tornado o Führer do Terceiro Reich, defendia que a Alemanha precisava de mais espaço e pretendia conquista-lo na Europa Oriental, ou seja, ameaçando os territórios soviéticos. O ideal expansionista de Hitler foi fortemente difundido na Alemanha reacendendo o sentimento revanchista da população com relação ao resultado da Primeira Grande Guerra.

A ambição do partido nazista ameaçava a integridade territorial de muitos países europeus, principalmente da União Soviética, tornando o clima do cenário internacional extremamente tenso e apreensivo com relação à preservação da paz proposta pela Liga das Nações, que vinha perdendo seus membros e esvaziando sua funcionalidade.

Começa então a Segunda Grande Guerra, conflito de dimensões globais que durou de 1939 a 1945, envolvendo todas as grandes potências organizadas em duas alianças militares opostas: Aliados, liderados pela União Soviética, Estados Unidos e o Império Britânico e o Eixo, composto por Alemanha, Itália e Japão.

Apesar da União Soviética e dos Estados Unidos serem adeptos de sistemas econômicos opostos, Socialismo e Capitalismo, as duas potências se aliaram contra o inimigo em comum.

Conhecida também A Grande Guerra, foi o conflito mais devastador do século XX, marcado por grandes atrocidades como o Holocausto do Partido Nazista e também foi a primeira e única vez em que armas nucleares foram utilizadas em combate, acarretando danos irreversíveis as vítimas da guerra.

A Grande Guerra terminou com a Vitória dos Aliados, a Alemanha foi derrotada novamente. O término do conflito alterou bruscamente o alinhamento político e a estrutura social mundial.

A Organização das Nações Unidas foi criada para substituir a Liga das Nações, com o objetivo de manter a paz, evitar conflitos futuros, promover a cooperação entre os países, atuando também como plataforma para o diálogo.

Enquanto a Organização das Nações Unidas, ONU, estabelecia seus pilares ideológicos e burocráticos, União Soviética e Estados Unidos emergiam como superpotências rivais, disputando a hegemonia política, econômica e militar no mundo, caracterizando a Guerra Fria que se estenderia pelos próximos quarenta e seis anos.

A Segunda Grande Guerra mal acabou quando a humanidade entrou em um clima de Terceira Guerra Mundial, uma guerra bem peculiar. De acordo com o filósofo Thomas Hobbes, “A guerra consiste não só na batalha ou no ato de lutar, mas em um período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida”. Essa frase se encaixa perfeitamente na realidade da Guerra Fria, que ganhou esta alcunha por ser uma guerra de caráter ideológico sem embate militar declarado.

Gerações inteiras cresceram à sombra de possíveis batalhas nucleares globais que podiam estourar a qualquer momento e devastar a humanidade. O conflito nuclear não ocorreu, mas por quatro décadas, pareceu uma possibilidade. Os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Grande Guerra, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, porém não contestado.

Dessa forma, a União Soviética controlava uma parte do globo, que equivalia a zona ocupada pelo exército vermelho e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Estados Unidos exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da antiga hegemonia imperial das antigas potências coloniais e em troca não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.

Durante a Guerra Fria houve a chamada Paz Armada, designada ao envolvimento das duas potências em uma corrida armamentista, espalhando exércitos em seus territórios e nos países aliados. Enquanto houvesse equilíbrio bélico entre os dois lados, a paz estava garantida, pois havia medo do ataque inimigo.

Formaram-se então dois blocos militares, cujos objetivos eram defender os interesses militares dos países membros. O Pacto de Varsóvia era comandado pela União Soviética e defendia militarmente os países socialistas, em contrapartida surge finalmente a OTAN, liderada pelos Estados Unidos, que possuía suas bases nos países membros, principalmente na Europa Ocidental.

Portanto, ao compreendermos os desdobramentos históricos que originaram a Organização do Atlântico Norte poderemos analisar os aspectos que permitiram sua sobrevivência ao final da Guerra Fria, quais foram os novos rumos seguidos e quais as reais motivações da Aliança. Afinal, rapidamente, a Organização perdeu dois de seus principais motivos de fundação: a ameaça soviética e a Alemanha Oriental Socialista.

Fundamentado em pesquisa bibliográfica, este trabalho se propôs a analisar a seguinte pergunta: Após o fim da guerra fria, condição gerada para formação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, quais fatores explicariam a sua persistência findo o conflito bipolar? Além desta análise, o trabalho também se propõe a identificar quais as reais motivações e problemas que existem na persistência da OTAN e suas consequentes intervenções até o século XXI. Para este fim, o capítulo 01 apresenta o referencial teórico que embasa o trabalho, o Realismo, aborda as mudanças que ocorreram na Aliança após o término da Guerra Fria e seu comportamento nos primeiros momentos do presente século. Em seguida o capítulo 02 explora as intervenções da Aliança fora do território de seus países membros em Kosovo, Afeganistão e na Líbia e por fim as considerações finais expõem as reais motivações da existência da OTAN e de suas intervenções.

Capítulo 01: A Teoria Realista Pré e a Otan no Contexto Pós-Guerra Fria

1.1 O Realismo

Como determinado nas páginas anteriores o foco do presente trabalho é a atuação da Organização do Tratado do Atlântico Norte, OTAN, aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, após o término da Guerra Fria em 1989.

Como explicado anteriormente, a Guerra Fria foi motivada por questões políticas do final da Segunda Grande Guerra, caracterizado por disputas estratégicas entre Estados Unidos e União Soviética (URSS) e chegou ao fim com a dissolução da URSS.

Depois do término da Segunda Grande Guerra o mundo viveu em um clima de Terceira Guerra Mundial, de caráter ideológico sem embate militar declarado. Décadas se passaram sob a ameaça de possíveis batalhas nucleares que poderiam devastar a humanidade.

Os governos das potências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Grande Guerra, então ex União Soviética controlava uma parte do globo e não tentava ampliá-la com o uso de força militar enquanto os Estados Unidos exerciam controle sobre o resto do mundo capitalista, assumindo o que restava da antiga hegemonia imperial e também não intervinha na zona de hegemonia soviética.

Apesar da persistência de conflitos ad hoc na periferia do sistema durante a Guerra Fria, difundiu -se a ideia de Paz Armada, que propiciou o equilíbrio bélico entre os dois lados e foi designada ao envolvimento das duas potências em uma corrida armamentista, espalhando exércitos em seus territórios e nos países aliados.

Neste contexto formaram-se os dois blocos militares, cujos objetivos eram defender os interesses militares dos países membros. O Pacto de Varsóvia, comandado pela União Soviética pela defesa militar dos países socialistas e a OTAN, liderada pelos Estados Unidos, que possuía suas bases em seus países membros, principalmente na Europa Ocidental.

Este trabalho aborda as atuações da OTAN que possuem alcance global. Suas ações estão inseridas em um contexto histórico de extrema importância e que marca a última mudança na

ordem mundial. Além disto, este momento histórico também é acompanhado por modificações importantes no campo acadêmico das Relações Internacionais.

Dessa forma, o presente trabalho encontra respaldo e base teórica no Realismo, pois esta é a teoria que admite e explica os conflitos entre os países, apesar da Guerra Fria não ter sido marcada pelo conflito direto.

A teoria Realista é marcada por três momentos, Realismo Clássico, Realismo Moderno e Neo-Realismo.

O primeiro deles, o Realismo Clássico, antecede à fundação oficial do campo de Relações Internacionais, em 1919. Funciona como uma base para os futuros desdobramentos do realismo e também para teorias de outros campos das ciências humanas.

Seus principais teóricos e suas respectivas obras foram, Tucídides, “A Guerra do Peloponeso” (1972) Thomas Hobbes, “O leviatã” (2000) e Maquiavel, “O Príncipe”(1997). Suas contribuições estavam baseadas nos seguintes princípios, que constituíram os pilares do pensamento Realista:

- Conceção Estado- Centrica. Apenas o Estado é considerado como ator relevante das Relações Internacionais;
- Conceção Racionalista. Estados calculam coerentemente custos e benefícios de todas as suas ações;
- Conceção baseada nas ideias de poder e força. Estados definem seus interesses em termos de poder e sempre estão prontos para usar a força;
- Distinção entre política interna e externa. Na política externa, as principais questões são poder e segurança;
- As relações internacionais têm uma estrutura anárquica, já que não há um poder central mundial.

Em seguida, nasce o Realismo Moderno, como reação à falha empírica da Teoria Idealista, difundido no final da Primeira Grande Guerra com a finalidade de prevenir a crescente violência ocasionada pelo nacionalismo e agressão internacional que culminou com a Segunda Grande Guerra.

O Realismo Moderno resgata as ideias dos realistas clássicos, Tucídides, Hobbes e Maquiavel. Seus principais teóricos foram Edward H. Carr (1892-1982) e Hans Morgenthau. Porém sua contribuição mais significativa, foi oferecida por Hans Morgenthau (1904 – 1980), alemão que emigrou definitivamente para os Estados Unidos, onde suas ideias foram bastante

importantes. Ele propunha a investigação das relações entre nações e as forças que envolviam esse relacionamento, assim como buscava delinear como seria a política externa norte-americana no período pós-guerra.

Para Morgenthau (2003) o contexto pós-guerra, para os Estados Unidos se configuraria da seguinte maneira:

- Substituição do multipolarismo pelo bipolarismo, cujos centros estavam fora da Europa Central;
- Divisão da “unidade moral” em dois sistemas antagônicos de pensamento que disputavam entre si a lealdade dos homens;
- Desenvolvimento da tecnologia nuclear que poderia levar à destruição da humanidade.

Como Morgenthau estava preocupado em orientar a nova política externa norte-americana, era importante notar a mudança do contexto internacional, caracterizada pelo advento do bipolarismo entre os EUA e ex URSS, ou seja, a constatação de que cada um dos países clamava que seu ideal fosse seguido por toda a humanidade.

O advento da tecnologia nuclear implicava que, pela primeira vez na história da humanidade, havia uma tecnologia bélica tão poderosa a ponto de eliminar por completo a população de cidades, como Hiroshima e Nagasaki demonstraram. De agora em diante, os grandes líderes mundiais deviam levar em consideração, em seus cálculos, esse poder destrutivo.

Assim como Carr (1981), Morgenthau (2003) criticava a chamada visão idealista das Relações Internacionais. Para ele, a paz mundial somente seria possível por meio de mecanismos “negativos”, ou seja, por um mecanismo de equilíbrio de poder.

Em seguida, ele determina os seis princípios realistas das Relações Internacionais:

1. A política obedece a leis objetivas que são frutos da natureza humana e, por isso, qualquer melhoria social deve levar isso em conta;
2. O interesse dos Estados é sempre definido em termos de poder;
3. O conceito de interesse traduzido em poder é uma categoria objetiva de validade universal, ou seja, é constante na história da humanidade;
4. Os princípios morais universais não podem ser aplicados aos atos dos Estados, senão filtrados e analisados a partir das circunstâncias de tempo e lugar;

5. As aspirações morais de uma nação em particular não podem ser identificadas com os preceitos morais que governam o universo;
6. A esfera política é autônoma, ou seja, não é subordinada a nenhuma outra esfera.

As ideias sobre segurança internacional propostas por Morgenthau (2003) foram dominantes por três décadas. Aperfeiçoado por John Herz (1950), alemão e contemporâneo de Morgenthau que enunciava a ideia do dilema de segurança.

A ideia do dilema de segurança consiste em que os Estados, ao agirem em interesse próprio, devem se preocupar com a defesa de sua segurança independentemente da ação de outros Estados, que tendem a interpretar as suas próprias ações como defensivas, enquanto a de outros Estados seria ameaçadora, ou seja, quanto mais um Estado se arma para se defender de potenciais ataques, mais estimula os outros Estados a fazerem o mesmo, gerando assim um sentimento de insegurança nos países.

Na realidade, conceitos como o “dilema de segurança”, embora pudessem se aplicar para relações entre todos os Estados, tentavam mais representar a relação entre as superpotências, como os EUA e a URSS. O que significa que o debate sobre segurança internacional à época era dominado pela Guerra Fria e levantava questões como o modo de lidar com o poder nuclear.

Jervis, em “Cooperation under the security dilemma” (1978), também aborda o dilema de segurança. Para ele, o dilema segurança e a anarquia fazem a ideia de cooperação parecer impossível, pois não existem instituições ou autoridades que garantam a eficácia das leis internacionais e a cooperação entre os Estados.

Bernard Brodie (1968), estrategista militar americano, popularizou conceito de dissuasão, *deterrence*, no qual as armas nucleares deveriam servir como forma de prevenção de futuras guerras, pela simples demonstração de posse do armamento, dissuadindo assim ações hostis.

Portanto, sobre esta fase realista, podemos fazer a síntese de seus valores, mediante os seguintes itens:

- Teoria Estado-Cêntrica: Soberania dos Estados/ Ordem Westfaliana;
- Preponderância do poder militar e da preocupação com segurança e submissão dos outros poderes com o econômico, ao político;
- Separação entre política interna e externa, política externa é o “locus” do poder da sobrevivência;
- Balanço de poder: Os Estados procuram balancear o poder por temor e insegurança diante dos outros Estados.

Aparece então o Neo-Realismo, no final da década de 1970. A teoria tem como principal obra, o trabalho do norte-americano, Kenneth Waltz (1979), como forma de renovação e crítica teórica ao Realismo Moderno.

A diferença fundamental entre os modelos está na questão do nível de análise, enquanto o Realismo Moderno foca no Estado, o Neo-Realismo foca no sistema internacional.

Em seu livro, “Teoria das Relações Internacionais” (1979), Waltz tem a pretensão de apresentar a teoria geral das Relações Internacionais. Em primeiro lugar discute o significado de leis e teorias e as diferencia da seguinte forma:

- Leis: Determinam o padrão de relacionamento entre as variáveis independentes e as variáveis dependentes.
- Teoria: Definida como o conjunto de leis pertencentes a um comportamento particular ou a um fenômeno.

Depois de concluída a tarefa de descrever o significado das teorias em geral, Waltz (1979) passa a discutir como podem ser classificadas as teorias de política internacional. Para ele, as teorias que se concentram em indivíduos ou nações como nível de análise são reducionistas, enquanto as que focam o sistema internacional são sistêmicas.

O reducionismo baseia-se na idéia de que o todo pode ser entendido a partir dos atributos e da interação de suas partes, muito frequente nas ciências naturais. Para Waltz (1979) o reducionismo é inadequado para a compreensão da política internacional, porque, em nível internacional, os diferentes Estados produziram resultados similares e diferentes em suas relações, assim como Estados parecidos forneceriam resultados diferentes e similares em suas relações.

Segundo Waltz (1979), uma forma de entender o que uma visão sistêmica representa compara-la sistêmica com a analítica. Um sistema pode ser definido como uma estrutura (o posicionamento das unidades no sistema) e, no outro, dá a interação entre as unidades.

Desde os conflitos descritos por Tucídides (1972) e todos os posteriores, passando pela Guerra Fria, até a última Guerra do Iraque, os conflitos parecem nutrir profundas origens nos Estados. Portanto, faz-se necessária uma teoria sistêmica que seja capaz de explicar a mudança e a continuidade na política internacional.

Em uma teoria sistêmica, parte do comportamento das unidades da política internacional e o resultado de suas interações, deverá ser encontrado na estrutura do sistema.

Em política internacional, Waltz (1979) refere-se à estrutura como uma agência de situações limitantes. Nesse sentido, a estrutura designa um conjunto de condições que constroem os resultados da política internacional a uma dada fronteira.

Em política internacional, as estruturas são causas de forma indireta, por meio de 2 formas:

1. Socialização dos atores
2. Competição entre os atores.

A convivência social dos atores da política internacional, os Estados (assim como das pessoas em sociedade) produz certas normas de comportamento que vão limitando e moldando o comportamento esperado por parte desses atores.

A estrutura por meio da socialização compele os Estados a evitar determinados comportamentos, mas tal como em grupos sociais, podem haver “rebeldes”. Entretanto, esses rebeldes serão punidos socialmente, de forma que voltam a se comportar de modo socialmente aceitável ou serão eventualmente excluídos.

Os Estados competem para sobreviver no sistema internacional, o que os leva a se comportar de maneira racional. Nas Relações Internacionais, a competição leva os Estados a proceder racionalmente, de forma que apenas aqueles mais bem-adaptados sobrevivem no sistema internacional.

Waltz (1979) diz que, a estrutura é determinada pela forma como as partes se organizam, ou seja, a posição dos Estados uns em relação aos outros no sistema internacional é mais importante que as características intrínsecas de cada um deles, como seu regime político ou a qualidade de sua liderança. Dessa forma apenas as mudanças estruturais são as que afetam a forma como as partes se arranjam.

O sistema internacional é estabelecido em termos de sua estrutura, ou seja, a regra de posicionamento das unidades umas em relação as outras mais o padrão de relacionamento entre as unidades.

As estruturas domésticas são definidas como hierárquicas, porque as instituições se relacionam entre si, mas se submetem a um poder central. O princípio de ordenamento estabelece quais são regras básicas dos relacionamentos entre as instituições do poder, colocando atribuições exclusivas aos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Em termos internacionais, o princípio do ordenamento nos diz que o sistema internacional é anárquico, porque não há uma regra que defina que alguma instituição ou Estado seja

superior ao outro e, por isso, essa condição de igualdade entre as unidades do sistema internacional implica que “ninguém manda em ninguém” na política internacional.

É importante notar que o posicionamento das unidades não é determinado somente pelo princípio do ordenamento, mas também pelas capacidades relativas das unidades, entendidas aqui como o que elas podem ou não fazer em termos de política internacional.

As estruturas políticas internacionais são definidas pelos seguintes eixos:

- Princípio de ordenamento: Sistemas domésticos são centralizados e hierárquicos. O sistema internacional é descentralizado e anárquico. Anarquia internacional tem seu paralelo no conceito de mercado, em economia, é o interesse egoístico e competitivo das unidades que, pelo racionalismo, faz com que o sistema funcione (unidades são guiadas pelo instinto de sobrevivência, pré-requisito de unidades racionais). As mudanças no princípio de ordenamento são apenas as de ordem anárquico para hierárquico. E só as desse tipo são consideradas mudanças estruturais
- Características das unidades (diferenciação funcional): Em termos domésticos, as instituições são diferenciadas, ou seja, cada instituição tem um papel delimitado. Já em termos de política internacional, os Estados são unidades não diferenciadas entre si. As unidades básicas do sistema internacional são os Estados que executam as mesmas funções de economia, segurança, educação, etc, portanto o sentido da ausência de diferenciação é dado em termos funcionais.

Para Waltz (1979), existem atores não-estatais na política internacional, porém não são relevantes para a compreensão da política internacional porque não podem alterar a estrutura, ou seja, a estrutura é definida pelos grandes atores e não pelos pequenos.

Pode-se argumentar que grandes corporações internacionais são várias vezes maiores que a maior parte dos Estados pequenos. Para esse questionamento a teoria neo-realista afirma que essas empresas não possuem exércitos que defendam seus cidadãos; que elas dependem de ordens jurídicas estabelecidas pelos Estados e que as pessoas não são fiéis às empresas e sim aos seus países. Os Estados têm características de soberanos, significando que decidem por si mesmos como lidar com seus problemas internos e externos, incluindo a decisão de buscar ou não ajuda externa.

- Distribuição das capacidades: Como em “características das unidades” os Estados não têm diferenças funcionais entre si e isso caracteriza a anarquia do sistema internacional. Assim a diferença entre as unidades do sistema internacional é dada por

variações na capacidade de executar funções similares como defesa, política, educação etc; Em política internacional, as capacidades entre os Estados devem ser analisadas comparativamente (capacidade relativa), especialmente quando lidamos com a questão de segurança internacional, porque em um sistema no qual o objetivo básico das unidades é a sobrevivência e manutenção de sua posição na estrutura internacional, o elemento de capacidade de prover segurança deve ser visto em termos comparativos com outros Estados que podem ameaçar sua segurança.

Importante notar que: Anarquia, em termos internacionais, não equivale à noção de baderna em termos domésticos. Anarquia encontra seu paralelo em uma economia de mercado, o efeito da estrutura de mercado faz com que as firmas compitam entre si, inclusive, tenham de responder a choques exógenos.

Finalmente Waltz (1979) aborda a questão do balanço de poder dentro do contexto da teoria neo-realista. Para ele, o balanço de poder parte da premissa de que os Estados são unidades que, no mínimo desejam preservar a si próprios e no máximo, pretendem dominar o universo. Em função desses objetivos, os Estados utilizam meios internos para alcançá-los, como estratégias de aumento da força militar ou econômica, e meios externos, como tentativas de aumentar o número de Estados em sua aliança ou diminuir a aliança de um Estado opositor.

Dessa forma, em um sistema competitivo, os Estados tendem, ao olhar para as capacidades relativas e para seu objetivo mínimo de sobrevivência, a buscar equiparar minimamente as suas capacidades com as dos outros Estados, especialmente com relação a segurança, porque as capacidades desiguais nesse setor devem originar Estados mais fracos. Com o constante medo de ser atacado e destruído pelo Estado mais forte, o mais fraco sempre buscará balancear o poder do mais forte na tentativa de criar uma condição de equilíbrio de poder.

Esse mecanismo de auto-regulação também ocorre na economia quando, em mercados oligopolísticos, as grandes empresas lutam para, no mínimo, preservar sua participação no mercado e, no máximo, aumentá-la.

Os requisitos para que haja balanço de poder são de ordem anárquica nas unidades que desejem, no mínimo, sobreviver. Nesse sentido, a primeira preocupação dos Estados não seria a de maximizar o seu poder e sim, garantir sua posição no sistema internacional e é por isso que, essencialmente, os Estados se “balanceiam”.

No entanto, Waltz (1979) mostra que, ao contrário do explicado pelo realismo, os Estados não se balanceiam automaticamente, pois eles também podem exibir um comportamento de grupo *bandwagon*, ou seja, no momento em que fica caracterizado que um Estado é líder, mesmo que regional, todos os outros tendem a segui-lo, porque eles podem querer, assim como as pessoas, estar próximos dos ganhadores.

Apesar de o tema da segurança ser fundamental nas relações entre os Estados, para Waltz o poder é medido ou traduzido pelas capacidades conjugadas que os Estados têm em seus setores político, econômico e militar. A combinação delas mostra o quanto um Estado é poderoso. Portanto a capacidade econômica de um Estado é um componente importante de seu poder, portanto um Estado não pode ser caracterizado como realmente poderoso apenas em função de sua força militar.

De acordo com Waltz (1979), as condições para a manutenção da estabilidade do sistema internacional são dadas enquanto o sistema permanece anárquico e quando não há uma diferença no número de unidades que cause a expectativa de uma mudança estrutural.

A anarquia é uma condição de estabilidade, pois significa uma ordem de Estados. Condição que está ligada ao número de unidades no sistema, ou seja, grandes variações no número de Estados, implica na desintegração deles, situações que vão levar os Estados a buscar, de todas as formas, inclusive por meio de guerras, a continuar existindo como tais no Sistema Internacional.

Entre os Sistemas Internacionais possíveis, unipolar, bipolar e multipolar. Waltz (1979) defende que o sistema bipolar é mais estável, pois é preciso dois países para haver balanceamento de poder, mais de dois polos implica em várias partes tentando barganhar, trazendo instabilidade para o sistema provocando distúrbios no balanço de poder.

Portanto, podemos traçar alguns paralelos entre o Realismo Moderno e o Neo-Realismo. Grande parte das visões de Morgenthau continua relevante em função da importância do Neo-Realismo de Waltz contemporaneamente, além do resgate dos elementos centrais de sua teoria dentro da administração de Bush Jr nos Estados Unidos.

Porém uma de suas grandes divergências consiste na questão do balanço de poder e *bandwagon*. Eles parecem comportamentos contraditórios. No caso de duas coalizações fortes, os Estados tenderão a se agrupar em torno dos polos, como no caso da Guerra Fria. Em um mundo multipolar, há uma tendência de agrupamento em torno de vários polos que vão se balancear entre si. Em um mundo unipolar, os Estados tendem a se balancear entre si, buscando diminuir a força da grande potência mundial, uma vez que a preocupação primária

desses Estados é garantir sua posição no Sistema Internacional e ainda buscar maximizar o poder, o que pode ser exemplificado pela formação de blocos pelos demais países para terem condições de competir com a grande potência norte americana.

O papel das teorias além de explicar o mundo em que vivemos consiste em apresentar de elementos que ajudem a prever situações futuras.

O Final da Guerra Fria é um importante teste sobre a capacidade de previsão dos modelos teóricos. Trata-se de uma mudança significativa no sistema internacional na qual a bipolaridade termina, uma das superpotências, a URSS, se desintegra sem um conflito armado, seus satélites do leste europeu abandonam o socialismo e a Alemanha se reunifica.

O término do período caracterizado pela bipolaridade teve como consequência imediata a ascensão dos Estados Unidos como a potência hegemônica direcionando a nova ordem mundial para unipolaridade.

Após sua liderança, fala-se muito sobre o crescente poder norte americano. O cientista político norte americano, Joseph Nye (2002), tem a seguinte definição para poder:

“Poder é a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los.”

Nos séculos XVII e XVIII o tamanho da população era o recurso decisivo de poder, no século XIX era a indústria e, no século XX, além da indústria o poder nuclear, no século XXI, o poder tem-se afastado da tradicional ênfase na força militar, por três motivos.

1. Porque o poder nuclear revelou-se tão destrutivo quanto o alto custo de empregar tal arma;
2. Continuo crescimento de movimentos nacionalistas, especialmente depois do colapso do império soviético;
3. Profundas mudanças sociais no interior das grandes potências, refletidas no desejo do bem-estar acima da glória da vitória em guerras.

No entender de Nye (1937), a posição de líder mundial só pode ser exercida pela conjugação do *hard power*, poder bruto, refletido na força militar e econômica, com o chamado *soft power*, poder brando. *Soft power* é exercido na arte de fazer os outros países cooperarem com os Estados Unidos por meio do diálogo e da negociação. Parte do *soft power* seria refletido nos valores que esse país representa como liberdade, mercado, centro das academias e do divertimento.

Para o exercício da liderança, é fundamental saber utilizar o *soft power*, pois o constante exercício da força bruta pode revoltar os demais membros do Sistema Internacional.

O *soft power* norte-americano, é no mínimo, comparável ao *hard power*, considerando, por exemplo, o poder da indústria cinematográfica, o poder da defesa da democracia mundialmente, entre outros tantos elementos.

Em um período de expansão da informação em nível global, facilitada pela tecnologia da informação em nível global, como por exemplo, internet e televisão à cabo, esse poder brando ganha cada vez mais importância em relação ao poder bruto.

Segundo a teoria de equilíbrio de poder, os períodos unipolares são seguidos de tentativas de balanceamento por outros países, que buscam impedir que o unipolarismo, transforme a estrutura do sistema em uma estrutura hierárquica. Portanto é inevitável, caso ocorra essa situação, a ascensão de novos desafiantes que vão buscar equilibrar o poder hegemônico.

Diante da falha em prever o final da Guerra Fria, da explosão do nacionalismo, representado pela guerra da Iugoslávia, do falecimento da soberania em vários aspectos, como o econômico, surgiram questionamentos sobre se o realismo/ neo-realismo continuaria a ser um bloco teórico relevante para o século XXI.

Para Waltz (1979), as mudanças de sistema poderiam torna-las irrelevantes, mas as modificações dentro do sistema, não. Nesse sentido, as mudanças dentro do sistema são aquelas em nível de unidade que ocorrem com maior ou menor intensidade todos os dias, são mudanças nas comunicações, transportes, tecnologia de guerra etc. Essas são alterações dentro do sistema porque ele continua sendo, em sua essência, anárquico.

As modificações em termos da polaridade afetam a forma como os Estados percebem a questão de segurança. No entanto, apesar de isso significar uma mudança importante, o sistema não é transformado pela alteração da polaridade.

Para Waltz (1979), à medida que qualquer país se prepara para uma guerra, cada vez menos se parece com uma democracia liberal.

Pode-se argumentar, inclusive, que a democracia seria perigosa no Oriente Médio, nesse caso, poderia produzir governos fundamentalistas em países importantes como Egito, Jordânia e Arábia Saudita que logicamente não seriam liberais no sentido Kantiano.

A crítica é mais profunda porque mesmo se todos os Estados do mundo fossem democráticos, a estrutura do sistema internacional permaneceria anárquica, por conta disso, a natureza dos conflitos entre os Estados continuaria sendo a mesma. Se é verdade que raramente os países democráticos entram em guerra com as outras democracias, isso não significa que eles não o farão.

A herança militar deixada pela Guerra Fria, capaz de materializar um conflito armado, é a OTAN, que tem sua continuidade no pós-Guerra Fria apontada por institucionalistas como evidência da autonomia e vitalidade das instituições.

Já Waltz (2000), entende que a OTAN continua a existir apenas porque, de algum modo prossegue satisfazendo os interesses dos seus Estados membros e, mais especificamente, porque serve como instrumento que para os Estados Unidos continuem a garantir sua liderança militar em relação aos demais Estados principalmente os Estados europeus. Sua vitalidade é acompanhada da ausência de fortes instituições de segurança dentro da União Europeia (EU) e serve de evidência de que a cooperação europeia em segurança é altamente estrangida pela liderança estadunidense.

Sobre a continuidade da OTAN, dentro do contexto realista, também é importante destacar que, a Aliança é grau mais elevado de alinhamento entre Estados e tende à perdurar mais tempo que as outras formas de organização. Patricia Weitsman (2004) elaborou uma teoria para explicar a formação de uma aliança e também argumentou que as alianças nem sempre são criadas com intuito agregar recursos entre os Estados e sim como uma forma de potências rivais se aliarem para reduzir os conflitos de um contexto gerir a paz entre eles, o que se encaixa bem no período pós Guerra-Fria em que a OTAN define seus novos rumos e estreita relações com seus antigos inimigos. Glenn H. Snyder (1997) também cria uma teoria de alianças, desta vez, por meio do raciocínio dedutivo sobre o sistema internacional, através da integração de ideias neo-realistas e além teoria desenvolve um conceito de dilema de segurança dentro das alianças como uma forma de examinar as relações de influência entre aliados.

Outra discussão relativa ao final da Guerra Fria é o balanço de poder. Com o fim da URSS o sistema político tornou-se unipolar. Segundo o realismo, o sistema unipolar é o menos estável, porque o poder dominante acaba se enfraquecendo ao tentar administrar todos os problemas globais. Assim, se o Sistema Internacional hoje não está balanceado, isso não deve perdurar por muito tempo, embora não seja possível prever quando haverá novas tentativas de balancear o poder.

Waltz (2000) conclui que, apesar das mudanças de polaridade, a natureza do sistema internacional continua a mesma, por conseguinte os princípios realistas continuarão válidos quanto durante a Guerra Fria.

Glaser (2003) apresenta dois argumentos do bloco realista que mostram por que, não há tentativa de balanceamento, no momento, em relação aos Estados Unidos. Primeiro porque

simplesmente não existem Estados com capacidade para fazer isso. Segundo, acredita-se que, as grandes potências reconhecem as motivações benignas dos Estados Unidos, e por isso, não veem motivos para buscar balancear o poder deles.

Depois dos atentados de 11 de setembro, existe o argumento de que o Neo-Realismo não é capaz de lidar com a ameaça contemporânea do terrorismo. Apesar de os terroristas serem atores não-estatais, eles necessitam de uma base territorial para poder operar. Logo, o terrorismo prolifera entre os Estados que apoiam esse tipo de violência e se utilizam dele para atingir os objetivos na política internacional que, de outra forma, não seriam alcançados. Então, o combate ao terrorismo termina passando pelo combate aos Estados que abrigam os terroristas.

Com certeza, o Neo-Realismo apresenta diversos problemas na compreensão dos problemas em Relações Internacionais, especialmente no século XXI globalizado. É certo também que as suas hipóteses pareciam ser bem mais palatáveis durante a Guerra Fria.

Contudo, apesar de existirem outras críticas teóricas consistentes, ainda não há modelos alternativos tão sólidos a ponto de tornar o Realismo um bloco irrelevante para compreensão da política internacional. Desse modo, enquanto não houver suplantação teórica, o paradigma realista deve permanecer com uma das principais explicações sobre o universo das Relações Internacionais, principalmente quando estamos tratando de questões relacionadas a conflitos armados.

1.2 Novos rumos da Aliança no pós-Guerra Fria

Sobre a Aliança, dentro panorama da Guerra Fria os pactos militares foram essenciais, e OTAN adquiriu um posicionamento primordial nas políticas de defesa e intervenção do mundo capitalista.

Com o falecimento da URSS, o fim da Guerra Fria se faz inevitável pelos EUA. Inicia-se então uma nova hegemonia, estadunidense, as redes hierárquicas nas quais os centros, semiperiferias e periferias se conectam por fluxos de comércio, pessoas, culturas, investimentos. Um novo ordenamento das transações econômicas e políticas mundiais, onde se produziria um desenvolvimento ainda mais desigual. A vida da OTAN após a Guerra Fria só foi possível graças a esta hegemonia dos EUA, pois ela manteve o controle sobre os fluxos estratégicos do sistema sustentando seu poder e disseminando seus valores.

Porém como dito anteriormente, após o término do conflito a OTAN não foi encerrada como os demais pactos militares envolvidos no “conflito”, então o fim da Guerra Fria representou um desafio não apenas à Teoria Realista como principalmente à OTAN. Foi neste cenário em que as mudanças e manobras referentes aos objetivos da Aliança precisaram ser feitas, principalmente no que dizia respeito à qual seria a utilidade desta organização no cenário internacional onde seu inimigo havia sido derrotado.

Afinal com o fim da Guerra Fria novos pretextos precisariam ser criados para legitimar as ações das e intervenções dos EUA por intermédio da OTAN. Então, refletir sobre a hegemonia estadunidense é de fundamental importância, pois mesmo sendo uma aliança militar entre vários países, esta aliança sempre esteve sob o controle dos Estados Unidos.

O fim da Guerra Fria proporcionou novas oportunidades para espacialidade hegemônica dos EUA, mas também, poderia fazer surgir complicações nas relações entre os EUA e seus aliados, porque sem a existência de um inimigo em comum não seria mais necessário seguir as agendas ditadas pelo governo de Washington.

Então, a OTAN guiada pelos EUA passou a representar e abraçar novas causas como a manutenção da paz, combate ao terrorismo e instauração da democracia em países de regimes ditatoriais e extremamente religiosos, assim como fez com muitos países na América Latina, que os ajudaram a proclamar a república para se livrarem dos antigos colonos garantindo assim forte influência política e econômica e delineando sua hegemonia no continente Americano.

A proposta inicial, estabelecida em sua criação, expressa no Tratado de Washington, de garantir a segurança e a liberdade de seus membros servindo-se de meios políticos ou militares, permaneceu inalterada. Entretanto, com o fim do sistema bipolar, houve a necessidade de formular nova estratégia que pudesse trabalhar visando a administrar possíveis conflitos que viessem a surgir na região. Então, os membros da Organização focaram, primeiramente, em questões como as relacionadas à reunificação e à contínua integração da Alemanha dentro das estruturas internacionais, as relações dos Aliados com os ex- Estados satélites da URSS e o relacionamento dos Estados sucessores da União Soviética, especialmente a Federação Russa, com as nações do Atlântico Norte e com a Europa Oriental.

Outra consequência do fim do conflito Leste-Oeste e foi o vácuo de poder criado na antiga área de influência soviética, que facilitou o surgimento de conflitos locais de grande escala. Em toda a Europa Central, além do risco de surgimento de conflitos derivados da

instabilidade política, econômica e social que enfrentavam nesse momento, os Estados dessa região sentiam-se inseguros, com a queda da URSS.

Por outro lado, os Estados Europeus buscavam assegurar o engajamento dos americanos para construção da ordem na região e também para evitar o isolacionismo. Então, na Europa a OTAN solidificou o poder dos EUA gerando estabilidade e dependência local, expandindo o modelo liberal e democrático. Este ótimo relacionamento foi de certa forma abalado pelo Tratado de Maastricht que propôs a criação de uma política externa e de segurança comum (PESC) aos Estados Europeus ao lado dos avançados projetos de união comercial e monetária, porém a boa relação se manteve devido ao fato da PESC não ter avançado tanto como a União Europeia.

Dessa forma, inicialmente podemos concluir que a recuperação da OTAN aconteceu baseada nos acontecimentos europeus e sua grande importância para política externa dos EUA e pelo fato de que a essência da OTAN para os estadunidenses sempre foi além de um objetivo militar.

Segundo Waltz (2000), a sobrevivência da Aliança Atlântica na forma de instituição deve-se, a vários elementos como a fraqueza dos Estados europeus no que toca à segurança e defesa torna a OTAN indispensável em termos de política externa. A incapacidade dos países membros da União Europeia em desenvolver uma verdadeira política externa conjunta (PESC) explica que os Estados Unidos da América sejam um aliado privilegiado dos Estados europeus. Segundo, ao contrário das alianças tradicionais entre potências equivalentes e de tamanhos homogêneos, a Aliança Atlântica baseia-se na liderança estadunidense e não numa dependência mútua.

Apesar da Aliança basear-se em uma liderança estadunidense e não em uma dependência mútua, a Europa, obviamente, também se beneficiava dentro desta realidade, afinal como dito anteriormente, os europeus buscavam assegurar o engajamento dos americanos para construção da ordem na região e também para evitar o isolacionismo.

Em 1991 quando ainda se questionava a sobrevivência da aliança foi promovida uma revisão de missão estratégica, nesta revisão eram contempladas novas tarefas para o pós-Guerra Fria: Estabilidade europeia, a prevenção de ameaças regionais, combate a riscos transnacionais e a modernização das forças. A partir da percepção de novas ameaças à estabilidade europeia, neste mesmo ano foi criado *North Atlantic Cooperation Council* (Conselho de Cooperação do Atlântico Norte), incluindo os membros da Otan e os antigos membros do Pacto de Varsóvia, que, embora não tivesse nenhum poder de decisão, serviria

como referência para consultas entre os ministros da Otan e os antigos países socialistas nas questões relativas à segurança.

Em 1993, nascia o *Partnership for Peace – Pfp*, que funciona como um mecanismo de cooperação bilateral entre Otan e países não-membros, que desejavam fazer parte da Aliança, esses países, na maioria faziam parte da antiga cortina de ferro e enxergavam a OTAN e os países Europeus como forma de sustentar e dinamizar suas reformas em direção à democracia e o livre mercado. Esta região estava abandonada pelo ocidente e não tinha ajuda prática para transição do socialismo para o capitalismo. A *Pfp* respondia a uma dupla necessidade estadunidense, reafirmar seu compromisso com a aliança e as transições, indicando ao leste que haveria a possibilidade da expansão depois de um período de testes, neste período o buscariam consenso interno para ampliação, sinalizariam a Rússia sua intenção de avançar ao leste e avaliariam as condições dos postulantes. O mecanismo também visava intensificar a cooperação em processos de manutenção de paz, diminuindo a possibilidade de surgimento de conflitos e garantindo a estabilidade da região europeia. Esse relacionamento bilateral acontece mediante o comprometimento com os princípios democráticos, base de sustentação da Aliança, como forma de certificar que o país parceiro não viria utilizar sua capacidade militar como instrumento de ameaça a outro membro. Esta parceria teve caráter de cooperação e foi um dos primeiros passos do processo de ampliação da Aliança.

Os métodos que envolveram as formas de atuação da OTAN para conter as ameaças soviéticas se estenderam no pós-Guerra Fria. Como sua estrutura não se baseava unicamente na contenção do poder soviético, houve a possibilidade de permanência da Aliança e sua adequação às novas missões. Ao se adaptar às novas missões, buscou garantir a segurança de seus membros atuando contra ameaças de outra natureza, como conflitos étnicos, com questões de direitos humanos, instabilidades políticas, fragilidades econômicas, terrorismo e proliferação de armas químicas e biológicas, deixando de ser uma instituição focada apenas no que rezava seu Artigo 5º, buscando maior cooperação diante dos novos desafios.

Sendo assim, a Aliança aprofundou sua difusão de valores e interesses comuns, por meio de um processo de identificação social. Este compartilhamento levou os atores a construir e a manterem a Otan como uma aliança multilateral de segurança, visando a sustentar a estabilidade europeia mediante processos de adaptação conforme ocorressem mudanças no cenário internacional. No pós-Guerra Fria, iniciou-se um processo de expansão dessa comunidade de segurança em direção aos ex-satélites soviéticos. Assim, a República Tcheca, a Hungria e a Polônia, foram os primeiros países a fazer parte do Pfp, foram

integrados à Otan em 1999, na Cúpula de Washington, ano em que se comemorou seu 50º aniversário. Nesse mesmo ano, a Otan lançou um novo plano chamado *Membership Action Plan*, por intermédio do qual os Estados aspirantes a membros passariam a receber assistência necessária à sua preparação. O ano de 1999, pode ser considerado como um ano bastante importante para Aliança, houve sua primeira intervenção sem autorização da ONU, como vamos detalhar posteriormente no estudo exploratório, em Kosovo.

1.3 A OTAN no século XXI

Novos rumos e o perfil da OTAN se redefiniram no século XXI na última Cúpula da Aliança, realizada na cidade de Praga, pela primeira vez a Aliança promoveu uma reunião em território antes considerado como inimigo. Nesta revisão foi acrescentada a possibilidade de realizar operações, *out of area*, ou seja, fora da fronteira dos países membros, demonstrando sua possibilidade de adaptação em agir contra as novas ameaças à segurança. Também foi anunciado o início de conversações para entrada de sete novos membros entre 2002 e 2004, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Colocou-se como prioridade o aprofundamento de novos relacionamentos com postulantes que não foram aceitos desta vez como Albânia e Macedônia somando-se a intensificação de contatos com Rússia e Ucrânia. Albânia, Croácia e Macedônia atualmente fazem parte do *Membership Action Plan*, demonstrando que a OTAN continua buscando a estabilidade europeia e a segurança de seus membros, por meio de uma comunidade de segurança, citada anteriormente.

Pelas palavras de Lord Robertson, Secretário-Geral da OTAN em 2003, “A OTAN tem se adaptado e se transformado. Está agindo fora da fronteira dos países membros ao invés de sair de operação. Criou-se uma plataforma robusta para lidar com as ameaças do século XXI”.

Em 2004, a Aliança chegará aos seus 26 membros. Há quem questione sobre os impactos que este aumento trará a sua coesão e funcionalidade, teme-se o mesmo com relação ao aumento do número de membros da União Europeia, a dissolução. Os estadunidenses defendem que, todos os novos membros estão passando por fases de transições que os possibilitaram ingressar na organização e que enfrentaram testes como Pfp e o fortalecimento de seu livre mercado e democracia. Porém a realidade é um pouco diferente, pois sabemos que os novos integrantes não estão em pé de igualdade com os demais e que se encontram

subordinados à hegemonia, podendo perder a autonomia decisória em assuntos externos. Ao mesmo tempo, também sabemos que este é um preço que estes países estão interessados em pagar, pois como dito anteriormente a transições entre socialismo e capitalismo vem sendo difíceis e eles esperam trocas de favores.

Nas considerações referentes à OTAN e os países que se encontram sob sua influência, feitas anteriormente neste trabalho, abordamos diversas vezes o forte envolvimento da Aliança com a Europa, porém após a Guerra Fria ela também iniciou um relacionamento especial com um dos países mais estratégicos do continente Asiático, a Rússia.

Em 1997, Rússia e OTAN iniciaram uma aproximação, servindo-se do Ato de Fundação de Relações Mútuas de Cooperação e Segurança, interrompida em 1999 quando os bombardeios na Iugoslávia começaram, fazendo com que a Rússia interrompesse a cooperação. No entanto, o país integrou operações de paz na Bósnia e em outras regiões da Iugoslávia por intermédio de forças internacionais.

Com o fim do conflito na Iugoslávia e o início das ações da OTAN *out of área* de seus países membros, ou seja, saindo do continente europeu. A Rússia ficou receosa com a possibilidade de uma possível intervenção da Aliança em seu território, pois na região caucasiana repúblicas muçulmanas que buscavam independência, como Tchetchênia e Daguestão, estavam constantemente em conflito com tropas russas. Tanto o governo Tchetcheno, que era presidido por Aslan Maskhadov, como grupos que reivindicavam a autonomia Tchetchena denunciaram práticas que consideravam desrespeitosas ao direito internacional e ao direito de guerra, como o não respeito a populações civis e a prisioneiros, além de práticas de genocídio. O Governo Russo também acusou os grupos separatistas tchetchenos de desrespeitarem as populações civis russas residentes na região caucasiana com ataques e destruições de vilarejos em regiões específicas com maioria russa; além da prática da tortura. Há algumas fontes que apontam para uma possível contribuição e financiamento por parte da Al-Qaeda a grupos muçulmanos separatistas tchetchenos.

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, houve a percepção de um novo conceito de ameaça ao sistema e à ordem internacional, o terrorismo, que foi difundido para o mundo pelos EUA, que passaram a empreender uma guerra contra o "terror". A Rússia, argumentando que os grupos separatistas tchetchenos faziam práticas terroristas, conseguiu legitimar suas ações no Cáucaso sem a interferência internacional, principalmente da OTAN. Esse argumento foi mais enfatizado com a ação terrorista ao teatro Nordost em Moscou, em outubro de 2002, quando 47 terroristas invadiram o teatro, fazendo 700 reféns. Diante da

complexidade da situação, foram utilizadas armas químicas contra os terroristas. A Rússia, com o seu argumento fortalecido, aumentou o contingente militar na Tchetchênia e conseguiu minimizar a polemização de suas ações perante a OTAN e a União Europeia.

De acordo com Andrei Nikolaev (2003), Presidente do Comitê de Defesa da Duma (câmara baixa do Parlamento Russo) era estrategicamente necessário para a Rússia “adular” a política militar dos EUA, mesmo sabendo de sua nocividade tanto para o mundo. Ele também aponta um novo esquema do país com a OTAN, os principais temas da agenda são:

1. Cooperação em operações de paz e regularizações de crises;
2. Cooperação no resgate de tripulações de submarinos;
3. Cooperação em questões de defesa antimíssil não estratégica;
4. Diálogo sobre as diferentes doutrinas militares;
5. Diálogo sobre o controle de armamentos;
6. Interação na área da aviação militar de transporte;
7. Cooperação científica e tecnológica;
8. Interação na área da não propagação das armas de extermínio em massa.

Em 2003, OTAN e Rússia organizaram um programa de Estudos das Experiências Táticas em Grupo, referente às operações e aos procedimentos nos Bálcãs. Juntamente com a OTAN, o governo russo buscou examinar o uso de armas não letais em situações de terrorismo, semelhante ao ocorrido no teatro, descrita anteriormente, onde os russos utilizaram um gás paralisante.

Alguns autores como, John Mearscheimer no artigo "Back to the future: instability in Europe after the cold war"(1990) acreditavam que existia a possibilidade de a Alemanha e se aliar à Rússia. Mais um fator a favor da presença da OTAN no continente europeu, como forma de garantia contra uma possível ameaça Russa e ainda no sentido de assegurar que a integração da Alemanha se desenvolvesse para a área de influência estadunidense.

De acordo com o artigo “A criação da OTAN e sua permanência no período pós-Guerra Fria”(Roberta Dohani Pereira"; Dimas Meio Alencar, 2004) com os EUA na OTAN, a Alemanha pode promover seus interesses sem que isso cause uma sensação de ameaça aos demais Estados europeus. Sem a presença norte-americana, a Aliança teria sido controlada pelos alemães, mesmo que involuntariamente.

Lord Ismay, primeiro Secretário-Geral da OTAN, tem a seguinte frase sobre os objetivos de "manter os americanos dentro, os russos fora e os alemães embaixo representa a realidade da política norte-americana em relação à sua conexão institucional com a Europa, uma vez que, ao manter-se líder dentro da Aliança e fazer uso de sua estrutura, os EUA assegurariam sua presença nas questões de seus interesses e afastariam a possibilidade de que algum outro Estado viesse a superar sua capacidade militar.

Após a compreensão deste período de transição durante o pós-Guerra Fria, ressignificação, inclusão de novos membros e campo de atuação da Aliança e também de suas relações com os países mais estratégicos do continente europeu e asiático durante as últimas décadas do século XX, vamos entender como a OTAN está funcionando nas primeiras décadas do XXI.

Segundo, Julian French em seu livro, *The North Atlantic Treaty Organization* (2007), "NATO today is a strategic security and defense hub that can project both military and partnership power worldwide."

A OTAN do século XXI possui a mesma essência, salvaguardar a liberdade e a segurança de seus países-membros por meio da política e da segurança fundada sob os valores da democracia, liberdade, Estado de Direito e da paz resolução de conflitos. Para esses estes fins, a Aliança fornece um fórum estratégico para consultas entre os norte-americanos e europeus sobre questões de interesse comum e as instalações de segurança para a tomada de ação conjunta para lidar com eles. Ainda hoje, um ataque a um membro é um ataque a todos, porém, o novo milênio trouxe uma agenda com uma diversidade de crises maior que vão além das antigas questões territoriais. Atualmente a OTAN têm vivido em torno do seguintes objetivos: a preparação de seus militares para que eles saibam viver em um ambiente de constantes mudanças e que saibam lidar com os desafios impostos pelo terrorismo, em seguida vêm, a expansão de suas missões para o combate do terrorismo, combate a proliferação de armas de destruição em massa e manutenção e o estreitamento de sua parceria com a União Europeia.

A OTAN possui vinte e seis membros, Bélgica, Bulgária, Canadá, República Checa, Dinamarca, Estónia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Roménia, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Turquia, o Reino Unido e os Estados Unidos. No entanto, a quantidade de pessoas que trabalham na Otan é pequena com relação a quantidade de Estados- membros, são 3150 na sede em Bruxelas, dos quais existem 350 fazem parte do pessoal militar internacional e

1.400 nacionais delegados. A Aliança opera por consenso em que todos os vinte e seis Estados-Membros têm de concordar antes de ser tomada uma decisão. Além de os membros vinte e seis existem vinte e sete Estados parceiros ou buscando uma relação de segurança com a Otan. Na sede é o local onde o Centro Político da Aliança está alocado, além deste também existe o Quartel General Supremo das Potências Aliadas também na Bélgica. O orçamento global para Aliança gasto pelos EUA foi de \$ 133 milhões (2000) e mais dezessete aeronaves para possíveis alertas que estão localizadas em Luxemburgo. Os custos com a Aliança podem parecer bem elevados, porém o valor é inferior a meio por cento dos orçamentos de defesa de todos os membros.

Atualmente, segundo Lindley-French, Julian (2006) a estrutura da OTAN está organizada em três comitês, *North Atlantic Council*, *Defense Planning Committee* e *Defense Planning Committee*. Além destes existem trinta e cinco sub-comitês que dão suporte aos três principais e asseguram sua representação nacional nas áreas envolvidas por seus membros.

The North Atlantic Council (NAC) é o órgão político-chefe que possui poderes de decisão, seus representantes se reúnem semanalmente. Este conselho é o único em que sua autoridade deriva diretamente do Tratado do Atlântico Norte, qualquer outro comitê apoia o NAC. O trabalho do NAC é feito por comitês subordinados, destes o mais importante é o *Senior Political Committee* (SPC). O secretariado do NAC é dividido em *Divisions and Offices of the civilian International Staff*, cujo trabalho é coordenado por uma espécie de secretaria executiva.

Depois do NAC a comissão de mais importante é o *Defense Planning Committee* (DPC), também composto por representantes permanentes, assim como NAC, e se reúne duas vezes por ano a nível ministerial e trabalha principalmente com questões de defesa. É responsável por todos os assuntos relacionados com o planejamento de defesa coletiva e supervisiona a estrutura militar da Aliança. Dentro deste comitê está o *Nuclear Planning Group* (NPG), fórum que atende e discute assuntos relacionados a questões nucleares, tais como implantação, segurança e capacidade de sobrevivência das armas nucleares, de comunicações e sistemas de informação, controle de armas e proliferação nuclear com a exceção de sistemas ou de segmentações, que permanecem sob o controle dos três membros nucleares, EUA, Reino Unido e França.

O terceiro é o *Military Committee* (MC), embora subordinado ao NAC e ao DPC, tem status especial de autoridade militar sênior. O trabalho diário do comitê é realizado por

representantes. Este Comitê supervisiona o pessoal militar internacional e seus comandantes além de fazer orientar medidas de segurança para Aliança.

O futuro da OTAN certamente é incerto pois, o ritmo das mudanças no cenário internacional agora é muito intenso então o debate sobre segurança e defesa também cresceu enormemente fazendo com que a OTAN tenha que focar-se totalmente no presente. O século XXI trouxe a novidade da Europa não ser o centro de poder nem a fonte dos principais conflitos internacionais. Em nenhum momento da história houve modificações tão rápidas que propiciaram tanta instabilidade e insegurança no cenário internacional, então tensões entre Estados e entre atores não-estatais vão acontecer então por isso um novo diálogo transatlântico será extremamente importante neste século.

O centro de gravidade do poder vem mudando independente da vontade dos líderes mundiais, a Região “*Asia- Pacific*” está bem no centro deste contexto de rápida mudança e crescimento, mas ao mesmo tempo, esta mudança não é estável nem traz com ela as instituições sólidas construídas no Ocidente. Para OTAN e seus membros, enquanto essa estabilidade não é conquistada é de responsabilidade dos estadunidenses e europeus propiciá-la, o que não é uma tarefa fácil. Então, atuação na conjuntura internacional de mudança é tão intensa que a OTAN não pode parar sua rotina para planejar o futuro diante da emergência de agir no presente.

A China com certeza é o centro de gravidade do poder asiático e representa uma promessa ou uma ameaça à Aliança, poderia vir a ser um parceiro importante para promoção da estabilidade estratégica almejada pela OTAN além de ter preocupações em comum como o programa nuclear da Coreia do Norte. No entanto, a China não é uma democracia, investe muito mais em defesa do que declara ao mundo e parece construir uma marinha projetada para negar a entrada dos EUA no mar do Japão.

Com a onda de crescimento da Ásia e da América a OTAN precisa expandir ainda mais sua área de atuação, pois antes sua atuação girava sempre em torno da Europa, neste momento a Aliança deve se tornar um organismo sistêmico fundado na região “*EuroAtlantic*” porém capaz de projetar segurança além de suas fronteiras.

Portanto, sobre o futuro da OTAN não é possível fazer muitas previsões, mas sabemos que para que siga adiante é necessário uma mudança em seu “eurocentrismo”, pois em um mundo globalizado, muitos dos interesses essenciais dos membros da Aliança encontram-se além do continente europeu. Para que essa modificação seja possível é importante que a

Aliança supere seus conflitos internos, os ideais estadunidenses precisam estar bem alinhados aos europeus para que Aliança permaneça coesa e possa enfrentar os desafios do novo século.

Capítulo 02: As intervenções da OTAN após a Guerra Fria

Após a compreensão dos aspectos que permitiram a permanência e as modificações nos rumos da OTAN, vamos nos deter nos principais casos de intervenções da Aliança fora do território de seus países membros.

O fim da Guerra Fria serviu para trazer uma breve esperança a sociedade internacional acerca da possibilidade de uma paz duradoura entre as nações, havia um clima de confiança de um mundo com menos armas e conflitos armados, mais livre e justo.

Novas questões como, comércio, meio ambiente e direitos humanos, foram inseridas na agenda internacional e questões de segurança internacional também mudaram de direção.

A humanidade esperava que o fim da bipolaridade configurasse uma nova ordem mundial no que se refere à paz e a segurança internacional e que a ONU finalmente cumpriria seu papel de garantidora da paz e segurança internacional, decidindo o que fazer diante da iminência de eventuais conflitos armados. Este foi o período mais próximo ao projeto proposto por Kant de uma federação voluntária de Estados soberanos com o objetivo de manter a paz e foi possível por dez anos, de 1989 à 1999.

Em 1795, o filósofo Immanuel Kant lançou um projeto que visava estabelecer uma paz perpétua entre os povos europeus, e depois espalhá-la pelo mundo inteiro. Tratou-se de um manifesto iluminista a favor do entendimento permanente entre os homens, retomando uma ideia anterior de consegui-la através da formação de uma sociedade das nações.

Nesse momento, as cinco grandes potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, e também membros permanentes do Conselho de Segurança (CSONU), convergiram em uma série de questões referentes à segurança internacional. Com o fim da bipolaridade, o Conselho de Segurança passara a funcionar, criando esperanças na comunidade internacional e cumprindo sua função primordial de garantidor da paz mundial.

Podemos citar alguns exemplos do exercício dessa função como a primeira Guerra do Golfo, em 1991 que teve autorização do Conselho de Segurança da ONU e foi deflagrada depois que o Iraque, do recentemente assassinado Saddam Hussein, invadiu o Kuwait.

Depois, em 1992, os capacetes azuis entraram em ação nos conflitos ocasionados com a fragmentação da Iugoslávia, envolvendo a a Bósnia-Herzegovina. Em 1993 teve respaldo do Conselho de Segurança para realizar medidas coercitivas a favor da segurança e serviços humanitários na Somália.

Nos casos citados anteriormente foi a ONU que tomou a dianteira no processo de resolução de conflitos no cenário internacional em um mundo em que os litígios de caráter internacional eram resolvidos no âmbito do Direito Internacional, com o respeito às competências e atribuições da Carta da ONU.

Além de suas atuações também precisamos entender como a OTAN se adaptou a esse período, pois até a Guerra Fria, era uma organização militar defensiva e formou-se como um mecanismo de segurança e ajuda mútua dos países membros.

Apesar da extinção do Pacto de Varsóvia, organização similar fundada na mesma época, a OTAN passou por um processo de transformação, se redefiniu ampliando seu campo de atuação, justificando, assim, a existência da aliança.

A OTAN Pós-Guerra Fria passou a atuar em um campo muito mais amplo do que o original. A “estabilidade” e a segurança dos países da Aliança não significou mais apenas sua segurança militar e territorial. Foram adicionados novos critérios de segurança, como a defesa da democracia, os direitos humanos e o império da lei. Foram novos valores, dentro de um amplo aspecto da segurança, que se inseriu no campo de atuação da OTAN. Sua razão de existência da OTAN mudou fortemente, continuava com seu caráter militar e ganhava, também um caráter político. Dentro dessa nova missão, cabia ressaltar a importância de manter a Europa no seio da organização atlântica.

A OTAN continua demonstrando interesse pela Europa assim como na Guerra Fria, pela defesa coletiva dos membros da Aliança. Ela ampliou sua dimensão territorial, abarcando toda a Europa, incluindo os países que faziam parte do polo socialista. À este interesse da Aliança por este continente não podemos deixar de associa-lo a um dos pontos fundamentais da política externa estadunidense a partir da Segunda Guerra Mundial, que constituía inserir-se ativamente na ordem internacional para construção de sua hegemonia.

O auge do momento de expansão estadunidense foi marcado pela política do Big Stick como corolário da Doutrina Monroe, doutrina proferida pelo Presidente James Monroe em 1823, que se colocava contra o colonialismo em terras do continente americano aparentemente para defender os países latinos, camuflado a real intenção de defender seus interesses. A política do Big Stick foi apresentada pelo Presidente Theodore Roosevelt, para descrever os rumos da política internacional de seu país declarando que os Estados Unidos deveria assumir o papel de polícia internacional no Ocidente.

Depois de entendidos o período Pós-Guerra Fria e os novos rumos da Aliança do Atlântico Norte, podemos começar a analisar a primeira situação em que a OTAN invade um território sem o consentimento do Conselho de Segurança da ONU, o caso da Guerra do Kosovo, também vamos analisar a operação da OTAN no Afeganistão, a relação da Aliança com a Primavera Árabe, e que consequências esses episódios trouxeram para segurança e a comunidade internacional.

Antes de discutirmos as consequências e a relevância dessa intervenção na ONU durante o conflito do Kosovo para a segurança internacional, vamos primeiramente entender a natureza e as motivações do embate entre o Kosovo e Iugoslávia.

2.1 Intervenção em Kosovo

A região do Kosovo era uma das províncias que constituía a Iugoslávia. O termo Guerra do Kosovo ou Conflito do Kosovo é usado para descrever a sequência de conflitos armados no Kosovo no período de 1998 à 1999. De um lado a região do Kosovo lutava por sua independência e do outro, o presidente iugoslavo, Slobodan Milosevic não quer aceitar tal decisão.

De acordo com Ferreira 2009, Kosovo era uma província que tinha uma composição étnica e religiosa diferente da maioria da Iugoslávia. Os kosovares eram de origem albanesa e muçulmana, enquanto os demais, sérvios, eram cristãos ortodoxos. Como a maioria da população de Kosovo era albanesa, iniciou-se um movimento gerado pelos kosovares de separação de sérvios e albaneses, para que estes últimos tivessem autonomia.

Milosevic, considerava a região do Kosovo o berço do nacionalismo sérvio, pois lá, em 1389, eles foram derrotados pelos invasores do Império Otomano. O presidente também argumentava evitar que a Iugoslávia perdesse mais territórios que o ocorrido no início dos anos 1990. Por essas razões não cederia a liberdade ao povo kosovar.

Desde o final da guerra da Bósnia, aumentava a tensão entre os kosovares albaneses e os sérvios do Kosovo. Em janeiro de 1998, se iniciaram confrontos entre as forças sérvias e os guerrilheiros do Exército de Libertação do Kosovo. Os albaneses passavam a fazer uma guerra de guerrilha visando à independência e a expulsão dos sérvios da região. Milosevic negou-se a outorgar o direito de autonomia aos albaneses, suprimido em 1989, e interveio na província visando à repressão do terrorismo albanês. A OTAN, a União Europeia e os Estados Unidos, alegaram que os albaneses estavam sendo vítimas de uma limpeza étnica e condenaram a repressão dos kosovares albaneses.

Em maio do mesmo ano, quando a guerrilha já controlava boa parte do país, Milosevic concordou em negociar com os kosovares. No ano seguinte, Estados Unidos e União Europeia forçaram os dois lados a retomar negociações na Conferência de Rambouillet. A Iugoslávia rejeitou a proposta de maior autonomia para a província seguida pelo envio de uma força de paz internacional.

Com o impasse, a OTAN bombardeou a Iugoslávia - sem consultar a ONU ou qualquer outro organismo internacional - durante 78 dias. Ao todo, cerca de 18 000 pessoas morreram no conflito enquanto 1 milhão de albaneses fugiram para países vizinhos, como

Albânia, Macedônia e Montenegro. Milosevic decidiu retirar suas tropas da província, mas não admitiu a derrota. Uma força de paz foi enviada para o Kosovo, que passou a ser administrado de fato pela ONU.

Pelo fato da OTAN ter alegado motivos humanitários com o intuito de evitar uma limpeza étnica promovida pelo Milosevic para expulsar os kosovares, de etnia albanesa, e fazer dos sérvios a maioria em Kosovo, este conflito foi considerado a primeira guerra de caráter humanitário e de caráter controverso até os dias de hoje.

Sobre a relevância do conflito descrito nos últimos parágrafos associada aos novos rumos da OTAN, o primeiro fator que podemos ressaltar é exatamente o ato inaugural, em termos de intervenção militar, de desrespeito ao Direito Internacional (representado pela ONU), dentro do período Pós-Guerra Fria. A intervenção da OTAN nesse caso foi o primeiro litígio envolvendo forças armadas nacionais em que a ONU, não teve atuação principal.

Outra importante questão a ser levantada é que a intervenção deu margens, abriu um precedente, na prática internacional, possibilitando, uma justificativa para futuros atos deste tipo.

Também vamos analisar se a intervenção foi legítima perante os princípios da ONU dentro da esfera do direito internacional em torno do genocídio, justificativa mais aceita utilizada pela OTAN para intervenção.

Para entendermos melhor a justificativa de intervenção humanitária da Aliança com intenção de impedir genocídio na região, precisamos conhecer mais esse fenômeno. A definição de Genocídio dada pela Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de genocídio é:

“Art. 2º. (...) qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:

Matar membros do grupo;

Causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;

Submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;

Adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

Efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo; “

Os atos descritos anteriormente foram praticados durante a história da humanidade, contudo, ganharam destaque internacional durante o Nazismo devido a quantidade de mortos,

pelo estabelecimento de campos de concentração. A Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de genocídio foi aprovada pelas Nações Unidas em 1948 e entrou em vigor na ordem internacional em 1951.

Então cientes do que estava acontecendo em Kosovo nos parece coerente o entendimento de que já houvesse prática de genocídio cometida pelos iugoslavos/sérvios contra os albaneses na região de Kosovo.

Entretanto para sabermos se diante do genocídio a intervenção foi legal ou não vamos analisar os textos da Convenção para Prevenção e Repressão do Genocídio e posteriormente da Carta das Nações Unidas.

Segundo a Convenção para Prevenção e Repressão do Genocídio e posteriormente da Carta das Nações Unidas, temos:

“As Partes Contratantes confirmam que o genocídio, quer cometido em tempo de paz, quer em tempo de guerra, é um crime contra o Direito Internacional, que elas se comprometem a prevenir e punir.”

O genocídio é entendido no artigo 1º como ato contrário ao Direito Internacional, sendo passível de sanção. Logo, é obrigação dos Estados signatários da Convenção assumir postura de defesa dos direitos humanos, ou seja, agir com o fim de impedir o crime de genocídio, o que legitimaria em última instância, e em termos legais, uma ação militar.

A defesa dos direitos humanos não deveria ser feita de forma deliberada, a Convenção para Prevenção e Repressão do Genocídio indica que qualquer “parte contratante” pode recorrer às Nações Unidas para que ela intervenha, porém o texto a seguir permite a interpretar que a Parte contratante pode ou não recorrer às Nações Unidas.

“Art. 8º. Qualquer Parte Contratante pode recorrer aos órgãos competentes das Nações Unidas a fim de que estes tomem, de acordo com a Carta das Nações Unidas, as medidas que julguem necessárias para a prevenção e a repressão dos atos de genocídio ou de qualquer dos outros atos enumerados no Artigo 3º.”

Então dentro dos marcos da Convenção do Genocídio a OTAN teria respaldo legal internacional para sua ação sem a passagem do caso pela ONU.

Ainda veremos o que a Carta da ONU tem a nos dizer. Apesar do Conselho de Segurança e Aliança do Atlântico Norte terem diversos membros em comum, todos os membros da ONU, sejam os Estados parte do CSONU ou não, estão submetidos ao conteúdo da Carta. Para resolver a polêmica podemos recorrer ao artigo 103º da Carta das Nações Unidas. O artigo dispõe que esse documento tenha prevalência sobre qualquer outro instrumento jurídico internacional.

“Artigo 103: No caso de conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta.”

O artigo 103º estabelece no Direito Internacional uma hierarquia de normas/leis na qual a lei suprema reside na Carta das Nações Unidas.

A partir deste artigo podemos interpretar a Carta das Nações Unidas como uma espécie de Constituição do Cenário Internacional, assim como temos Constituições para as esferas internas dos Estados.

Dessa maneira, o argumento do genocídio utilizado para justificar a intervenção da OTAN não pode ser considerado válido, legal ou legítimo, pela existência 103º da Carta da ONU, pois existe a prevalência da Carta sob a Convenção ou qualquer outro documento.

Então, podemos dizer que os Estados membros da OTAN deveriam, na qualidade de membros da ONU, observar a Carta e ponderar legalidade da intervenção na Iugoslávia por parte da OTAN. A Aliança desrespeitou o atual Direito Internacional, que tem como principal função à manutenção da paz desde o período marcado pelo fim da Guerra Fria.

Portanto, a OTAN e principalmente os Estados Unidos, não tinham a obrigação de intervir em uma guerra em que a pátria, o território e a população dos países que compõem tal aliança não estivesse envolvida.

A população vítima da guerra, os kosovares, conseguiria chegar a um acordo com a Iugoslávia, sem ter que sofrer bombardeios e mortes adicionais geradas pela interferência da OTAN, que entrou na guerra como justiceira e responsável pela paz no mundo, função que deveria ser exercida pela ONU. Os bombardeios que serviriam para intimidar a Iugoslávia massacraram a própria população kosovar, ou seja, a OTAN pode ter facilitado o trabalho dos sérvios de fazer uma limpeza étnica na Iugoslávia, especificamente em Kosovo, mesmo sem essa intenção.

Alguns autores como, Duffield, Michota e Ann Miller, consideram que a primeira ação militar da OTAN na história do mundo Pós-Guerra Fria, aconteceu na Bósnia, porém a intervenção em Kosovo foi muito simbólica e sobre ela cabe a análise de uma questão chave, alvo de diversos debates nos estudos das Relações Internacionais, se os Estados se comportam a partir do atributo da Soberania, que preza que o interesse nacional seja prioridade ou se os Estados se comportam como deveriam, como signatários da Carta das Nações Unidas, a partir dos princípios e normas do Direito Internacional.

Então podemos observar que as atitudes da OTAN estavam dentro dos parâmetros legais do Direito Internacional e não foram pautadas pelo zelo a este conceito e sim pelos interesses nacionais que pertencem a lógica da soberania.

Sobre o caso da guerra do Kosovo em especial, a OTAN encontrou a oportunidade de agir, pois era uma organização nascida no período da Guerra Fria e desde o seu surgimento, nunca havia efetuado uma ação armada. Essa intervenção era um alento para os EUA afinal dificultaria a efetivação da Política Externa de Segurança Comum (PESC) da União Europeia, que previa a possibilidade do estabelecimento de forças armadas conjuntas europeias, independentes da OTAN

A primeira intervenção militar da OTAN serviu para que a Aliança prosseguisse sendo responsável pela segurança europeia, continente chave, devido a sua importância geopolítica para que os Estados Unidos se inserissem mais fortemente entre os países mais influentes do mundo, dando continuidade prática da política do “Big Stick”.

Os kosovares foram usados pela OTAN e pelos Estados Unidos para que estes últimos conseguissem atingir seus objetivos de domínio, influência e manutenção da atual hegemonia estadunidense no mundo.

Os novos rumos da OTAN são o exemplo vivo de que os ideais neo-realistas de Waltz, abordados no capítulo anterior ainda estão vivos.

As estruturas domésticas dos Estados são definidas como hierárquicas, porque as instituições se relacionam entre si, mas se submetem a um poder central. Porém em termos internacionais, o sistema internacional é anárquico, afinal na prática, não há uma regra que defina que alguma instituição ou Estado seja superior ou outro e, por isso, essa condição de igualdade entre as unidades do sistema internacional implica que “ninguém manda em ninguém” na política internacional.

Portanto, a principal consequência que a intervenção da OTAN trouxe para comunidade internacional, foi a abertura do precedente para novas invasões em Estados sem a

permissão do Conselho de Segurança da ONU e a perda da autoridade dos maiores organismos de segurança internacional perante a opinião pública, tornando o Sistema Internacional ainda mais anárquico e sob o comando dos países mais poderosos do mundo e não de uma comunidade de Estados organizados.

2.2 Intervenção no Afeganistão

Depois da guerra do Kosovo a atuação mais importante e questionada da OTAN foi a intervenção no Afeganistão que aconteceu sobre o argumento da guerra ao terrorismo, logo após o atentado de 11 de setembro em Nova York e que pode ser considerada com uma guerra dos Estados Unidos contra a ALQAEDA.

A ofensiva estadunidense contra o movimento talibã no Afeganistão deu lugar a uma rápida sensação de vitória principalmente com a criação do governo de transição e a instauração da ISAF, Força Internacional de Assistência à Segurança. Esta força foi então transferida para o domínio e responsabilidade da OTAN, o que permitiu “alargar seu perímetro securitário para além dos limites de Cabul, combater o narcotráfico, contribuir para o treino e desenvolvimento de estruturas necessárias para as forças de segurança afegãs e proporcionar condições mínimas à operacionalização das Equipes Provinciais de Reconstrução.”

A insuficiência numérica dos contingentes internacionais é um dos principais Obstáculos à eficácia da atuação da OTAN no Afeganistão. Entre as diversas razões que a explicam, há que ter em conta a estratégia de “*light footprint*” adotada inicialmente pelos EUA na região. Esta estratégia foi implementada para evitar a repetição da experiência soviética de invasão do Afeganistão. Uma presença militar massiva, poderia ser o chamariz para a guerrilha mobilizar a resistência à presença estrangeira em nome da defesa do Islão e do nacionalismo afegão. Para tal, confiavam no sucesso da combinação da força aérea com pequenos agrupamentos terrestres, coadjuvados por forças afegãs.

A Administração Bush ignorou a necessidade de alocar recursos adicionais para fins de “*peace-building*” e “*nation-building*”. A preocupação com a manutenção da segurança e da paz, deve ser seguida pela implementação quase imediata de programas de democratização e medidas de “*nation-building*”. Contudo, a prática, impossibilitou a implementação da estratégia de “*clear, hold and build*”, que passa pelo combate aos talibãs e securitização do espaço com vista à sua reconstrução. Então a concretização dos objetivos dos Aliados no

Afeganistão torna-se possível apenas com o aumento do número dos contingentes alocados na região.

Porém, na prática, o aumento das forças de combate, por meio da expansão das forças estadunidenses no Afeganistão, não criou mais segurança como esperado e parece ter agravado o problema. Esta expansão foi motivada por uma série de acontecimentos como, o insucesso das operações anti-terroristas na eliminação da Al-Qaeda e dos talibãs; as dinâmicas causadas pelas eleições presidenciais de 2004 no Afeganistão e nos EUA. Nos Estados Unidos, a administração Bush foi duramente criticada por ter aberto uma nova frente de guerra (Iraque) e de ter relegado para segundo plano a principal frente da “guerra contra o terrorismo”.

Os grupos radicais no Iraque e no Oriente Médio em geral, começaram a apelar apoio para a luta no Afeganistão, para os líderes talibãs, este apelo representou uma nova oportunidade de reforçar o treino e a ideologia da sua luta contra as forças estrangeiras. “O contexto internacional de uma *jihād* mais ampla transformou gradualmente o movimento, permitindo-lhe incorporar novas técnicas de luta, organização e propaganda ao mesmo tempo que mantinha uma certa autonomia de recursos devido à produção e comércio do ópio”.(Suhrke)

Entre as causas imediatas do ressurgimento talibã, constam a acumulação das operações securitárias da OTAN nas regiões transfronteiriças entre 2003 e 2004 e o lançamento da terceira fase de expansão das PRT para o sudeste afegão, que reativou o movimento de resistência até então encoberto. Nessa mesma altura, o comandante talibã Mullah Dadullah afirmou possuir uma força de 12 mil insurretos com alto nível de preparação militar e equipamento sofisticado. A adesão da população afegã aos agrupamentos de resistência deriva, com efeito, da atração financeira exercida pelo movimento, na medida em que as receitas de ópio permitem proporcionar aos combatentes um salário superior ao das forças de segurança nacionais.

Atualmente, as receitas geradas pela cultivação do ópio representam a força motora da economia afegã, superiores à dimensão da ajuda internacional. Além de que uma parcela significativa desta ajuda internacional acaba sendo apropriada pelos corruptos do governo central e autoridades locais, fazendo com que o ópio seja considerado a única alternativa viável para aumentar o bem-estar das populações civis.

O programa de combate ao cultivo de ópio implementado pelo governo de Karzai, que consiste na erradicação de campos de ópio e oferta de alternativas financeiras às populações

das principais regiões produtoras não tem obtido sucesso considerável que permita anunciar o declínio do narcotráfico, pois todos os setores da sociedade afegã parecem se beneficiar, em maior ou menor medida, do dinheiro do ópio. Então, percebe-se que mais um dos objetivos que os Estados Unidos pretendia alcançar com a operação estava distante de se concretizar.

A legitimidade do regime político de Karzai é fortemente questionada em função da corrupção generalizada e do nepotismo vigentes nas estruturas do poder. A integração política dos antigos comandantes militares, chamados de *warlords*, vem sendo implementada pelo regime a fim de obter uma estabilização rápida e eficaz do país, embora as atividades frequentemente anti-democráticas e ilegítimas dos mesmos coloquem em questão a autoridade central. No período anterior a 2001, os talibãs tinham eliminado a presença dos comandantes militares no Afeganistão, mas a estratégia norte-americana de invasão aérea sem suficiente apoio terrestre favoreceu o regresso das chefias, depois sustentadas financeiramente pelos EUA. Este investimento internacional permitiu aos *warlords* reagrupar e rearmar os seus exércitos mercenários, expandir as redes de atuação nas províncias, onde a capacidade de influência do governo central era reduzida, e conduzir as principais atividades que aí se desenrolavam, inclusive as de carácter criminal. Por outro lado, o regresso dos comandantes potenciou a reemergência talibã nas zonas do sudeste afegão, na medida em que as chefias militares representavam essencialmente etnias não-*Pashtun*, agravando, assim, o sentimento de marginalização política desta última.

A corrupção e ineficácia das chefias militares encontra reflexo no Exército, *Afghan National Arm* (ANA) e nas forças policiais, *Afghan National Police* (ANP) afegãos, apesar do incremento significativo e de diversos programas de treino profissional no Exército, a ANA revela uma dependência financeira quase total das forças de Coligação e dos EUA, além de manifestar incapacidade operacional de intervenção contra os talibãs nas zonas sudeste, onde a taxa de deserção atinge 20%. A Polícia Nacional apresenta uma situação ainda mais agravada, caracterizada pela escassez de treino, recursos materiais e financiamento adequados, o que fomenta subornos generalizados nas províncias e pontos de passagem fronteiriços e afeta profundamente o apoio das populações às respectivas forças. Embora na Conferência de Genebra, em 2002, tenha sido adotado um sistema quádruplo de “doador dominante” para ser aplicado no Afeganistão, a interdependência necessária entre as vertentes do programa não tem sido plenamente satisfeita, revelando escassez de coordenação e dos recursos alocados para a sua implementação.

Além das políticas nacionais, como o combate à corrupção, o cultivo de ópio, a pobreza e a discriminação étnica no acesso ao poder, o Afeganistão exige igualmente uma solução maior, no campo regional, o que constitui um dos principais desafios políticos da Aliança. Segundo Fick (2009), o interesse norte-americano consiste na erradicação dos santuários terroristas e na preservação do Estado afegão a fim de garantir a estabilidade regional. O contexto geopolítico do centro da Ásia é atualmente definido pela ascensão de potências mundiais como a Rússia, China e Índia, pelas ambições regionais do regime iraniano e pelo conflito indo-paquistanês sobre Kashmir; com efeito, o Afeganistão assume uma posição geopolítica extremamente importante, que o coloca sob especial influência das aspirações de poder dos atores em questão. As potências da OTAN, especialmente os EUA, devem, assim, procurar fomentar a cooperação político-econômica regional e a resolução de problemas territoriais do Paquistão com a Índia e o Afeganistão, a fim de erradicar a instrumentalização do terrorismo nas políticas de Islamabad.

Na realidade temos a visão ocidental idealizada de um regime afegão democrático, transparente e próspero, revelando-se simultaneamente consequência e obstáculo da estratégia norte-americana de *nation-building* no Afeganistão. Sem dúvida, a estabilização e prosperidade do país exigem uma estratégia clara dos Aliados, que necessariamente deverá ser esboçada em termos pragmáticos na base da avaliação objetiva dos fins pretendidos. Segundo Kulesa, o estrategema realista de saída do cenário afegão, deverá passar pela criação de uma segurança relativa que impeça o colapso iminente das estruturas centrais de poder e a reconquista territorial maciça pelos talibãs, ainda que sem a sua total eliminação, e implementação de um Estado integralmente auto-sustentável. A concretização mais ou menos positiva deste objetivo definirá, com efeito, o sucesso da missão da ISAF e o próprio prestígio da Aliança transatlântica.

Então, sobre a intervenção da OTAN no Afeganistão, podemos concluir que, os EUA e a Aliança abandonaram a abordagem militar do “*light footprint*”, inicialmente adotada para evitar um envolvimento militar semelhante ao da URSS no Afeganistão. Em seguida, vários fatores, conduziram a um reforço militar a partir de 2004, que fez com que os militantes afegãos mobilizaram-se para fazer frente à crescente presença estrangeira. O aumento das forças de combate pôs em relevo as limitações e efeitos contra produtivos da abordagem militar para combater a guerrilha. Como tal, tende a minar a função de estabilização e “*nation-building*”, deixando transparecer uma contradição nesta missão. Assim, o reforço do

papel de combate da OTAN, poderá acentuar esta contradição e aumentar a probabilidade de falha estratégica.

Apesar de algumas PRTs terem obtido sucesso na implementação dos respectivos programas de intervenção, outras evidenciam uma nítida escassez de iniciativa e recursos logísticos e financeiros, contribuindo para um panorama geral insatisfatório e revelador de ausência de uma estratégia global clara e sustentável para o desenvolvimento do país. A tendência repercute no cenário macro da missão da OTAN, na medida em que a inexistência de coordenação estratégica entre os diversos contingentes nacionais é agravada por problemas internos do Afeganistão, tais como a economia do ópio, as divergências étnicas e políticas, a difícil relação com os vizinhos e corrupção alastrada a todas as estruturas de poder, entre outros.

A aparente incapacidade da OTAN em gerir estes obstáculos tem, com efeito, provocado sérios debates sobre a sustentabilidade da Aliança em cenários de guerras de quarta geração, ao ponto de colocar o seu futuro sob questão.

Embora diversos autores considerem o sucesso da missão no Afeganistão crucial para a consolidação da *raison d'être* da Aliança no século XXI, seria porventura excessivo afirmar que a falha dos Aliados naquele país ditaria o fim da organização.

Contudo, atendendo a que os principais obstáculos operacionais no cenário afegão se prendem com a ausência de coordenação entre os contingentes nacionais, escassez de meios humanos e financeiros e recusa em assumir os riscos de ofensivas terrestres contra os talibãs no sudeste do país, a OTAN aparenta enfrentar problemas internos de coesão entre membros. Neste âmbito, o desfecho da missão no Afeganistão não determinou o futuro da Aliança, o sucesso ou falha dela, porém poderá condicionar o processo da resolução dos dilemas internos da OTAN e a escolha dos potenciais cenários de intervenção Aliada no panorama de conflitos *out-of-area*.

2.3 Intervenção na Líbia

A intervenção mais recente e não menos importante da OTAN, já no atual governo Obama, foi a da Líbia, dentro do contexto conhecido como Primavera Árabe, que marcou o início de 2011 e representou a abertura de uma fase de profundas mudanças no Oriente Médio.

Diversos civis protestaram por seus direitos com intuito de derrubar o regime ditatorial de 42 anos presidido por Muamar Kadafi. Com a disseminação dos protestos Kadafi decidiu atacar a população que reivindicava com muita violência ao ponto das Nações Unidas decidirem atuar no território líbio para evitar o massacre a população.

A situação foi agravada pela prisão e severa repressão policial e militar do ativista de direitos Fathi Terbil. Este caso teve grande repercussão internacional por meio de pronunciamentos diplomáticos e pelo discurso do Alto Comissariado para Direitos Humanos e do Secretário Geral da ONU para que a Líbia desse um fim à repressão.

O Oriente Médio foi palco de alguns conflitos importantes após o término da Guerra Fria. Não por coincidência, afinal neste momento os principais atores mundiais e militares e também a OTAN, precisaram expandir sua área de atuação, devido a mudança do poder hegemônico. Como exemplo disto houve a Guerra do Golfo, a Guerra ao Terrorismo e também a intervenção no Iraque.

Após os atentados de 11 de setembro, a região passou a ser vista como um fator desestabilizador, pois abrigava muitos terroristas, novos inimigos da hegemonia atual. O Oriente Médio ainda é indefeso e muito estigmatizado, o que sabemos sobre ele é produzido e divulgado pela mídia ocidental e ao mesmo tempo, a região mantém elevados recursos e posição estratégica.

Para muitos analistas, a mudança do governo Bush para o governo Obama representaria uma modificação no processo de expansão dos poderes de guerra do presidente. Existe uma cláusula constitucional que destina ao Congresso o poder de declarar guerra e autorizar o uso da força militar que não foi respeitada pelo governo Bush e também por muitos de seus antecessores. Então esta modificação na a era Obama poderia ser considerada como uma mudança na postura do Executivo dos Estados Unidos, que detinha um perfil mais restritivo com relação às guerras.

A crise institucional na Líbia serviu então para mostrar qual era o posicionamento do governo Obama com relação à guerra. A intervenção não contou com o apoio prévio do Congresso, ou seja, os parlamentares não votaram, o pedido do presidente sobre uma declaração de guerra contra a Líbia nem emitiram uma lei autorizando o uso das forças militares norte-americanas por parte do presidente. O Congresso foi apenas informado da decisão do presidente dois dias depois, em 21 de março de 2011, a partir de uma carta enviada pela Casa Branca, que afirmava que as tropas dos EUA estavam conduzindo uma missão

limitada, sem forças terrestres, de apoio aos esforços internacionais para proteger os civis da Líbia e evitar uma catástrofe humanitária.

Neste contexto o Conselho de Segurança da ONU adotou sobre a crise na Líbia, mesmo ano, a Resolução 1973 aprovada em 17 de março de 2011, autorizava os estados-membros "a tomar todas as medidas necessárias, sem prejuízo do disposto no § 9 da Resolução 1970 de 2011," para proteger os civis e áreas civis densamente povoadas sob ameaça de ataque na Líbia, incluindo Benghazi, ao mesmo tempo em que exclui uma ocupação estrangeira sob qualquer forma, em qualquer parte do território da Líbia. A resolução afirmava a responsabilidade das autoridades líbias e de todos os Estados membros da Organização em proteger a população Líbia. A responsabilidade de proteger vêm sendo bastante utilizada pelo discurso humanitário que surgiu no cenário internacional no pós-Guerra Fria.

Apesar de toda repressão do governo de Kadafi, existe uma polêmica acentuada sobre a veracidade dos fatos invocados como geradores de uma crise humanitária na Líbia e utilizados como argumento para intervenção da OTAN. Porém, existem outras razões estratégicas que fogem do apelo humanitário, que poderiam justificar o interesse pela proteção do território líbio como a apropriação de recursos petrolíferos da Líbia, estimados em 60.000 milhões de barris ou de suas reservas de gás natural, estimados em 1 bilhão e 500 milhões de metros cúbicos, que fazem da Líbia o quarto maior produtor da região e as estratégias de concorrência entre grupos empresariais italianos (ENI), alemães (Wintershall) e russos (Gazprom), por um lado, e franceses, britânicos e norte-americanos, por outro, além da disputa do controle dos fundos soberanos líbios, de 200 milhões de dólares, pelos bancos centrais da França, Reino Unido e Estados Unidos da América, a anulação preventiva do projeto de constituição dos Estados Unidos e da África, e da adoção de uma moeda única autônoma com forte impulso político e financeiro da Líbia de Khadafi.

Então, mais uma vez, como notado nas intervenções citadas anteriormente, a OTAN utiliza o discurso humanitário e neste caso de "responsabilidade de proteção" para legitimar uma estratégia intervencionista de guerra que não garantiu a tranquilidade do território em questão e que esteve distante de objetivos humanitários.

Considerações Finais

Criada com a finalidade de combater possíveis ameaças soviéticas no período da Guerra Fria, a OTAN sobreviveu ao fim da URSS e ao conflito leste - oeste. A percepção da existência de novas ameaças à ordem e à segurança internacionais levou à reformulação estratégica da Aliança, permitindo que ela se adaptasse ao novo cenário internacional e que, dessa forma, permanecesse atuando como uma aliança de Estados.

A possibilidade de permanência da coalizão ocorreu devido às mudanças institucionais que sofreu nos últimos anos, permitindo que, mesmo com o fim da possível ameaça soviética, ela servisse aos interesses de seus membros como instrumento capaz de garantir a segurança da Europa.

Com a consolidação do projeto da União Europeia, as chances dos EUA participarem da esfera econômica do continente ficaram restritas, perdendo muito de sua capacidade de influência na região. Porém, enquanto uma política de segurança comum entre membros da UE, Política Externa de Segurança Comum da União Europeia (PESC), não for realmente consolidada e efetivada, os EUA e seu papel dentro da OTAN permanecem relevantes para a segurança regional.

A presença militar dos EUA na Europa, por meio da OTAN, foi importante para garantir a segurança da região, afinal a UE permaneceu carente de uma Política Externa de Segurança Comum. Utilizando a estrutura da OTAN, os EUA vêm estreitando seus laços também com a Rússia, assegurando a ambos os países a possibilidade de futuras ações cooperativas e afastando eventuais conflitos. Ao permanecer como o principal elo entre os EUA e o continente europeu, a OTAN atende aos interesses estadunidenses de garantir sua hegemonia militar, considerando que nenhum outro Estado dispõe de uma estrutura militar superior à sua.

A existência de valores e interesses em comum entre os Estados impulsionou a permanência da Aliança. Com o aprofundamento da relação entre seus membros ante as novas ameaças à segurança internacional do pós-Guerra Fria, a OTAN torna-se um instrumento de

cooperação, por meio do qual se estabiliza uma comunidade de segurança coletiva capaz de garantir a segurança da região e que tende a se expandir à medida que os demais Estados europeus se identificam com esses valores e com a comunidade formada pela Aliança

Portanto, é inegável que a OTAN desempenhou um papel relevante no cenário internacional pós Guerra-Fria, uma vez que, por meio das mudanças internas que sofreu nesse período, abriu caminho à estabilização de uma comunidade de segurança coletiva baseada na difusão de valores e interesses comuns, passando a atuar na contenção de hostilidades, em operações de “paz”, gerenciamento de crises e como meio de manter a estabilidade na Europa. Enfim, continua servindo ao motivo principal de sua criação, ou seja, a Aliança permaneceu atuando em busca da integridade e liberdade de seus membros.

No período Pós-Guerra Fria, a busca pela paz liberal foi uma narrativa importante, em que o triunfo da democracia liberal foi sendo reforçado pela crescente imposição de um intervencionismo internacional que utiliza o discurso de valores liberais, como o humanitarismo, a democracia e os direitos humanos, para legitimar os seus propósitos de transformação global.

As diferentes intervenções internacionais da OTAN, sob autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou não, vieram ilustrar sua ambição de construir uma paz positiva (*peace building*) no Kosovo, Afeganistão e também da Líbia. Ambos os casos partilham o mesmo entendimento de que somente a governança e a organização social, política e econômica ocidental garante a paz e o distanciamento de possíveis conflitos.

A intervenção da OTAN no conflito do Kosovo marcou o início de suas operações além das fronteiras dos países membros e reforçou sua disponibilidade de atuar contra novas ameaças. Dessa maneira, incorporou missões visando o combate a conflitos étnicos, instabilidade política, abuso de direitos humanos, terrorismo e armamentos.

Ao entrarmos no século XXI com uma expansão ainda maior da área de atuação da OTAN e com suas intervenções recentes na Ásia, justificadas pela campanha contra o terrorismo, é possível notar que os EUA estão se preparando para conquistar algo almejado por vários Estados em diferentes épocas históricas, o domínio da Eurásia. Este domínio permitiria o controle de uma grande extensão territorial, repleta de recursos e matérias primas estratégicas. Para o governo Bush isso significaria a “garantia de autonomização energética, aliada a uma presença militar global, amparada em uma superioridade incondicional das forças armadas”. Apesar dos riscos desta grande extensão imperial e do envolvimento em

regiões de elevada instabilidade e possíveis conflitos com poderes da região como Rússia e China, o caminho da hegemonia parece bem traçado.

Apesar de sua reformulação estratégica ter possibilitado sua permanência como uma Aliança de Estados no pós-Guerra Fria, não podemos considerá-la com uma aliança entre iguais, afinal, as intervenções realizadas por ela, citadas anteriormente nos estudos de exploratórios, demonstram que ela consiste no alinhamento dos países europeus em posições subalternas em função dos objetivos dos EUA.

Ao analisar os desdobramentos e a atuação da OTAN por uma abordagem teórica realista, partindo da premissa de que os Estados competem para sobreviver no sistema internacional, a competição os leva a proceder racionalmente e que os interesses nacionais dos Estados são definidos em termos de poder e estes estão sempre prontos para utilizar a força. É possível considerar que, ao interferir em questões militares na Europa e também fora dela, os EUA afirmem sua hegemonia na esfera militar e não apenas protejam a Europa como muitos afirmam.

Os EUA se apropriam das considerações realistas de que o Sistema Internacional é anárquico, a despeito da existência da ONU, para agir militarmente por meio da OTAN. Ao intervir em conflitos internacionais, com a Aliança, os EUA manifestam um imperialismo globalizado atuando como a “polícia do mundo” como pregava a Doutrina do Big Stick.

O imperialismo não é uma fase do capitalismo é, na verdade, inerente a sua expansão. A conquista imperialista do planeta pelos europeus e pelos estadunidenses foi implantada em dois momentos. O primeiro ocorreu durante a conquista das Américas, sob influência do sistema mercantilista, foi concretizada com a destruição das populações indígenas e a cristianização desse território. O segundo momento ocorreu sob as bases da revolução industrial e se manifestou na submissão da Ásia e África, com a justificativa de abertura dos mercados, camuflando a real intenção de apropriação dos recursos naturais da região. Então o terceiro momento pode estar sendo implementado pelas intervenções e motivações da OTAN à partir do pós-Guerra Fria, com a justificativa do “dever de intervenção” em defesa da democracia, dos direitos humanos e mais adiante do dever de proteger o mundo dos terroristas e das ameaças nucleares. Os reais objetivos são sempre muito parecidos, exploração dos recursos naturais, expansão dos mercados consumidores, exploração da mão de obra barata.

A questão do balanço de poder abordada pelos realistas também é bem ilustrada pela OTAN, uma vez que afirma a necessidade dos Estados procurarem balancear seu poder por

temor e insegurança diante de outros Estados. Foi o que a Europa fez, as grandes Guerras e a Guerra Fria haviam acabado, mas a região permanecia instável, então por temor e insegurança resolveu balancear seu poder com EUA.

Sobre a questão do balanço de poder Waltz parte da premissa de que os Estados são unidades que, no mínimo desejam preservar a si próprios e no máximo, pretendem dominar o universo, então podemos interpretar que a Europa deseja se preservar enquanto os EUA desejam dominar o universo. Em função desses objetivos, os Estados utilizam meios para alcançá-los, como tentativas de aumentar o número de Estados em sua aliança ou diminuir a aliança de um Estado opositor, missão exercida pela OTAN. Este autor também afirma que no momento em que fica caracterizado que um Estado é líder, como os EUA, todos os outros tendem a segui-lo por pensarem que podem, de alguma forma, usufruírem desse poder pela proximidade com o líder.

Apesar de o tema da segurança ser fundamental nas relações entre os Estados, para Waltz o poder é medido por capacidades conjugadas que os Estados têm em seus setores políticos, econômicos e militares, portanto um Estado não pode ser caracterizado como realmente poderoso apenas em função de sua força militar e para isso, os EUA desenvolveram brilhantemente seu “*soft power*”, não apenas pela habilidade de negociação mas pela sua força na indústria cultural, utilizando um veículo propulsor de seus ideais, fazendo com que o mundo inteiro abrace suas causas.

Existe a ideia entre os ocidentais, muito bem difundida pelo *soft power* estadunidense de que, seus governos são democráticos e que por isso não capazes de fazer o mal pois este tipo de atitude está reservada aos ditadores do oriente. Atitudes terroristas, ameaças nucleares também apresentadas como motivo para intervenções também podem ser interpretadas como consequências do avanço imperialista dos EUA, também por isso a confusão da opinião pública. É importante falar da OTAN porque ela traz questões muito difusas e controvérsias sobre a ordem mundial vigente, traz debates importantes como os citados anteriormente.

A ideia realista do dilema de segurança nos mostra que, quanto mais um Estado se arma para se defender de potenciais ataques, mais estimula os outros Estados a fazerem o mesmo, gerando assim um sentimento de insegurança nos países, ou seja, as intervenções da OTAN e a hegemonia militar dos EUA podem fazer com que outros Estados como China e Irã se armem cada vez mais, propiciando um clima ainda maior de insegurança.

A OTAN foi criada e permaneceu dentro um mundo regido sob os princípios da ONU, explicitados em sua Carta que entende que o mundo deve ser encarado como uma

Comunidade Internacional, onde a guerra está proibida e seu pilar é o respeito à Soberania. Dessa forma, a OTAN fere o respeito à soberania dos países em suas intervenções fora dos países membros de forma velada, sob utilização de discursos humanitários, apesar do órgão responsável pelo zelo aos direitos humanos ser a ONU.

Se a carta da ONU decidiu proclamar os direitos internacionais e o respeito à soberania foi porque estes princípios haviam sido negados no contexto da Segunda Grande Guerra e este conflito provou que o mundo não viveria em paz sem que estes conceitos fossem proclamados e aceitos por todos os países. Então o fato da soberania ser ignorada pelas democracias mais influentes do mundo é grave e realmente não vai contribuir para propiciar o ambiente pacífico proposto pela carta da ONU.

Mesmo com o apelo humanitário, o caminho escolhido pela OTAN e pelos EUA, certamente não é o mais sensato, pois camufla as reais intenções de suas intervenções, pois bombardeios não podem ser considerados bons métodos para militar a favor dos direitos humanos. A Aliança garantiu a integridade do continente europeu às custas de muito derramamento de sangue. Os reais objetivos da OTAN estão inseridos dentro da doutrina neoliberal, baseada no princípio de garantia de liberdade máxima para os mercados em nível nacional e internacional, com a expansão dos mercados e a inserção das transnacionais, se dedicando a submeter seus valores também aos aspectos sociais e políticos, por meio da implantação do capitalismo e da democracia.

Alguns realistas mais antigos como Morgenthau, inclusive afirmavam que, princípios morais universais não podem ser aplicados em todos os Estados se não forem antes filtrados e analisados e que as aspirações morais de uma nação em particular não podem ser identificadas com os preceitos morais que governam o universo, como os EUA por meio da OTAN, pretendem, eles não podem afirmar se a democracia no Oriente Médio seria benéfica para esses povos.

O instrumento dessa estratégia escolhida pelos EUA é a OTAN. Por meio dela EUA falam em nome da “comunidade internacional” e parecem desprezar o princípio democrático que foi criado para desenvolver esse papel, a ONU. Então as intervenções da OTAN esvaziam o discurso sobre a democracia, direitos dos povos e a ONU. Revelam o real objetivo expansionista estadunidense e não de defesa da Europa.

Abordar uma temática como a OTAN pode parecer inicialmente ultrapassada, selevado em consideração apenas o fato da Aliança ter pertencido à Guerra Fria. Muitas pessoas ainda desconhecem sua importância estratégica nas Relações Internacionais

contemporâneas, pois a enxergam como uma Aliança ultrapassada. Porém este estudo, nos mostra que, na verdade, a OTAN representa uma aliança entre as principais potências mundiais e que ela representa a manutenção da ordem mundial na qual estamos inseridos, pois busca garantir a integridade e a hegemonia de seus membros. Logo, entender e repensar a OTAN será sempre válido, devido ao seu grande impacto nas Relações Internacionais e seu estudo faz-se extremamente importante para entendermos o cenário em que vivemos, repensarmos se este é o melhor caminho a seguir e que contribuição os atuais atores internacionais podem realizar para o progresso ou para mudança de nossa realidade.

Referências Bibliográficas

- AMIN, Samir. O imperialismo, passado e presente. **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, June 2005 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 18 July 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042005000100005>.
- AMIN, Samir. "Alto a la OTAN. El proyecto imperialista neoliberal de la hegemonía de Estados Unidos." *L'Empire du Chaos* (1991).
- BERTAZZO, Juliana. Atuação da OTAN no pós-Guerra Fria: implicações para a segurança internacional e para a ONU. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, June 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 24 July 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292010000100003>.
- BRODIE, Bernard The Future of Deterrence in US Strategy. Security Studies Project, University of California, 1968.
- DUMÉNIL, Gérard, and Dominique Lévy. "El imperialismo em la era neoliberal." *Revista de Economía Crítica* 3 (2005): 9-35.
- CARR, E.H. "The twenty years of crises" 1919-1939. Londres: Macmillan Press, 1981.
- FERREIRA, Carlos Enrique Ruiz. "A intervenção militar da OTAN na Iugoslávia como um ponto de inflexão no quadro das Relações Internacionais pós-Guerra Fria –Dois coelhos numa cajadada só: o desrespeito ao direito internacional e o soterramento de uma segurança europeia independente i." - Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, Universidade Federal Fluminense, vol. 1 - n°2/ 2009. In: <http://www.nestbrasil.com/rest/>
- GASPAR, Carlos. "Relações Internacionais." *Relações Internacionais (R: I)* 21 (2009): 213-216.
- GLASER, C.L *Strutural Realism in a more Complex World*. Review of international Studies, 2003.
- HARVEY, David. *Novo imperialismo (O)*. Edições Loyola, 2004.
- HERZ, J.H. "Idealist internationalism and the security dilemma" World Politics, n.157-180, janeiro de 1950.
- HOBBS, T. *Leviatã*. São Paulo: Ícone, 2000.
- JERVIS, Robert. "Cooperation under the security dilemma". World Politics, v. 30, n. 2, 1978
- LINDLEY-French, Julian. *The North Atlantic Treaty Organization: The Enduring Alliance*. Routledge, 2006.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MORGENTHAU, H. "A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz". Brasília: EdUnb/Ipri, 2003.

NATHANIEL C. Fick, "Tell Me Why We're There? Enduring Interests in Afghanistan (and Pakistan)", Policy Brief, Center for a New American Security, Janeiro de 2009, p. 1 (em <http://www.cnas.org/node/675>).

NYE, J. *O paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Unesp, 2002

PINTO, Maria do Céu. "Uma avaliação da missão da NATO no Afeganistão." (2009).

PUREZA, José Manuel. "As ambiguidades da responsabilidade de proteger: o caso da Líbia." *Carta Internacional* 7.1 (2012).

ROCHA–UFRRJ, André Santos, and Jefferson de Oliveira Vinco–UFRRJ. "O estados de guerra global: sobre o papel da OTAN em conflitos internacionais."

SARFATI, Gilberto. "Teoria das Relações Internacionais", Editora Saraiva, 2005.

Soreanu Pecequilo, Cristina. "A OTAN do século XXI: A Cúpula de Praga." *Boletim Meridiano* 47 4.34-35 (2011): 21-24.

SNYDER, Glenn Herald. *Alliance politics*. Cornell University Press, 1997.

TUCÍDIDES. *History of the Peloponnesian War*. Nova York: Penguin Books, 1972.

WALTZ, Kenneth. "Theory of international politics"1979.

WALTZ, Kenneth N. "Structural realism after the Cold War." *International security* 25.1 (2000): 5-41.

WEITSMAN, Patricia A. *Dangerous alliances: proponents of peace, weapons of war*. Stanford University Press, 2004.